



**Plano de Desenvolvimento Institucional
2022 – 2026**

Itu, São Paulo

APRESENTAÇÃO

O PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional, constitui-se em importante ferramenta institucional quando elaborado por meio de Planejamento Estratégico, que decorra de um processo de construção coletiva, envolvendo a representação de todos os segmentos que integram o corpo social da Instituição. Somente dessa forma é possível estabelecer objetivos estratégicos que contribuam para a melhoria contínua da Instituição, rumo ao alcance da sua Visão de Futuro. O planejamento definido para a consecução desses objetivos deve, contudo, estar permanentemente atrelado a um processo contínuo de avaliação, que permita acompanhar a sua execução, observando metas, estratégias e indicadores de cumprimento e, quando necessário, introduzindo ajustes no planejado. Somente dessa forma uma Instituição pode responder, adequadamente, às mudanças e consequentes novas demandas do seu meio de atuação.

Assim, a FADITU, mantida pela Organização Sorocabana de Assistência e Cultura, compreendendo a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional como um instrumento que norteia a IES em suas ações e desenvolvimento, atende às exigências do MEC, por meio de seus dispositivos legais e apresenta seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2022 a 2026.

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL

- 1.1. Identificação
- 1.2. Histórico da Entidade
- 1.3. Histórico da Mantida

2. MARCO CONCEITUAL

- 2.3 Missão, visão e princípios da Faculdade de Direito de Itu
- 2.4 Objetivos Gerais e Específicos
- 2.5 Metas, Estratégias e Indicadores
- 2.6 Áreas de Atuação Acadêmica

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

- 3.1 Introdução
- 3.2 Contextualização Regional e Local
- 3.3. Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição
- 3.4. Organização Didático-Pedagógica
- 3.5. Políticas Institucionais

4. DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

- 4.1 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu - Cursos de Graduação Oferecidos
 - 4.2 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programa de Abertura de Novos Cursos de Graduação
 - 4.3 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu – Cursos de Pós-Graduação Oferecidos
 - 4.4 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programa de Abertura de Novos Cursos de Pós-Graduação
 - 4.5 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu – Programas e Atividades de Extensão
 - 4.6 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programas de
-

Extensão a serem Oferecidos

- 4.7 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu – Programas de Responsabilidade Social Oferecidos
- 4.8 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programas de Responsabilidade Social a serem Oferecidos
- 4.9 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu – Atividades de Pesquisa Desenvolvidas –
- 4.10 Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial

5. RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

- 5.1 Corpo Docente
- 5.2 Corpo Técnico-Administrativo

6. PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

- 6.1 Organização Acadêmica e Administrativa

7. CORPO DISCENTE

- 7.1 Formas de Acesso
- 7.2 Admissão e Matrícula
- 7.3 Estímulos à Permanência
- 7.4 Organização Estudantil
- 7.5 Acompanhamento dos Egressos

8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- 8.1 Processo de Autoavaliação Institucional

9. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

- 9.1 Instalações e Equipamentos
 - 9.2 Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida.
 - 9.3 Biblioteca
-

10. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Identificação

Mantida

Nome: Faculdade de Direito de Itu

Sigla: FADITU

Ato de credenciamento: Decreto Nº 64.895 de 20/07/1969, publicado no Diário Oficial (Seção I – Parte I) 31/07/1969.

Ato de Recredenciamento (recente): Portaria nº 850, publicada no D.O.U. de 27/10/2021.

Código de identificação INEP: 0440

Natureza jurídica: Privada com fins lucrativos

Endereço:

Avenida Tiradentes, 1817 - Parque Industrial

CEP: 13309-640, Itu, São Paulo

Telefax: (11) 4024-9500

Site: www.faditu.com.br

e-mail: diretoria.academica@faditu.edu.br

Mantenedora

Nome: Organização Sorocabana de Assistência e Cultura – OSAC

Caracterização: CNPJ: 71.863.351/0001-74

Endereço: Avenida Tiradentes, 1817

Cidade: Itu

Estado: São Paulo

CEP: 13309- 640

Telefone: (11) 4024-9500

1.2. Histórico da Entidade

A Organização Sorocabana de Assistência e Cultura , com sede em Itu, Estado de São Paulo, é mantenedora da Faculdade de Direito de Itu – FADITU, instituição implantada em 1968, possuindo, atualmente, a seguinte composição atual de sócios:

- Leoni Duarte
 - Maria Lúcia de Marins e Dias Caseli
-

1.3. Histórico da Mantida

A **FACULDADE DE DIREITO DE ITU - FADITU** foi inaugurada em 11 de agosto de 1969, ocupando um prédio antigo, do Seminário Nossa Senhora do Carmo. Mantida pela **ORGANIZAÇÃO SOROCABANA DE ASSISTÊNCIA E CULTURA (OSAC)**, a Faculdade ofereceu ao Ministério da Educação todas as garantias para a abertura de um curso jurídico de qualidade, entre elas um corpo docente formado por excelentes professores, quase na sua totalidade da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

O Padre André Pieroni Sobrinho fundou a **FADITU** contando com o importante apoio da Prefeitura, na gestão do então prefeito João Machado, e de vários segmentos da sociedade ituana, entre eles: a Câmara de Vereadores, a Associação Comercial, o Sindicato Rural, o Lions Clube, o Rotary Clube, a Província Carmelitana de Santo Elias, a Fundação Ituana de Assistência Social e o Instituto de Educação Regente Feijó.

Em 1978 a FADITU transferiu-se para seu atual endereço, na Avenida Tiradentes, no Parque Industrial. Em 1998 ampliou suas instalações para receber novos núcleos de atividade acadêmica: o Núcleo de Pós-Graduação e Extensão (NPGE) e o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Em 1999 a Faculdade iniciou seus cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* com qualificação para a docência do ensino superior, com a oferta, atualmente, de doze cursos:: Direito Processual Civil; Direito e Processo do Trabalho; Direito Público e do Estado; Direito Ambiental; Sustentabilidade Integral - A Teoria na Prática; Direito Imobiliário; Direito Penal; Direito Tributário; Direito Empresarial; Direito Processual Penal; Ciência Corpo/Mente - Biopsicologia; Cuidados Em Saúde Corpo/Mente; e Ciência Política e Relações Internacionais.

Desde 2000 o NPJ orienta os alunos da graduação nas práticas iniciais da carreira jurídica, através da monitoração de atividades de estágios externos, que complementem o conteúdo teórico visto em sala de aula. A partir de 2002 o NPJ contou também com o Escritório de Prática Jurídica (EPJ) para o atendimento, na própria Faculdade, da população em geral, para resolução de conflitos, através de processos jurídicos ou da mediação. Posteriormente, em acordo com representantes do Tribunal de Justiça local, houve uma avaliação e reflexão sobre os serviços prestados à comunidade, optando-se pela substituição das atividades até então desenvolvidas pela

implantação do Centro de Judicial de Conciliação – CEJUSC, em convênio com o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.

Em 2001 a Faculdade inaugurou seu novo auditório, com modernas instalações de áudio e vídeo para eventos dirigidos tanto à comunidade acadêmica como à população em geral. Em abril de 2002 foi inaugurado, na Faculdade, o Juizado Especial Cível – Anexo FADITU, onde são processadas ações de pequena monta, enquadradas na Lei 9.099, sob o comando do Juiz Marcos Soares Machado, da 1ª Vara de Itu.

Em 2002 a Faculdade inaugurou novas e modernas instalações para as salas da graduação, com capacidade para atender os alunos de todas as séries do curso, além de seu Laboratório de Informática para a produção de trabalhos acadêmicos e para a pesquisa na rede mundial de computadores.

A partir do planejamento estratégico de 2011, houve a formulação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual houve a previsão da expansão da IES na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, procurando-se aderir à experiência do curso de Direito outros que possuam aderência, além daqueles que sejam uma necessidade emergente ao forte desenvolvimento econômico da região.

Nesse sentido, no estágio atual em que se encontra, com uma trajetória consolidada do ensino jurídico, a FADITU decidiu, ainda sob a gestão do PDI anterior, expandir a oferta de cursos superiores de graduação voltados para a gestão e para as modernas técnicas de garantia e controle da qualidade na produção de bens e serviços, a saber: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Engenharia da Produção, Tecnológico em Gestão Pública e Econômica, Bacharelado em Relações Internacionais, Licenciatura em Pedagogia, Tecnológico em Processos Gerenciais e Tecnológico em Gestão de Recursos Humanos. Tais cursos, juntos com o de Direito, possibilitarão uma abordagem multidisciplinar, por meio dos projetos de iniciação científica e de extensão, assim como das atividades curriculares integradoras, de modo a formar profissionais com uma visão sistêmica e demais competências exigidas pelo mercado laboral.

Para o próximo período de vigência, há a pretensão e planejamento para ampliar a oferta de cursos de graduação para as áreas de humanas e exatas, de modo a possibilitar, futuramente, a preparação para que a transformação da instituição em um Centro Universitário.

O árduo trabalho desenvolvido pela FADITU na formação de egressos para a comunidade de Itu e toda a região em seu entorno nos mais de meio século de vida, traz orgulho e motivação para continuar sua missão em manter a qualidade de ensino, mantendo com intensidade os pilares que sustentam missão: a tradição de qualidade, conhecimentos profissionais para a promoção ético-solidária e o desenvolvimento da sua comunidade.

2. MARCO CONCEITUAL

2.1 Missão, visão e princípios da Faculdade de Direito de Itu

2.1.1 Missão

A missão por meio da qual a Faculdade de Direito de Itu estabelece para as comunidades interna e externa os seus propósitos, assim como a sua razão de ser, é explicitada pela seguinte declaração:

"Formar profissionais de nível superior para região de Itu e para o País, segundo sua tradição de qualidade, com ênfase nos conhecimentos profissionais específicos, na promoção do aprendizado continuado e na conduta ético-solidária."

2.1.2 Visão

Em consonância com a missão, os valores e os princípios institucionais e com vistas à situação almejada para o futuro, cujo percurso para atingi-la é refletido no presente documento, a Faculdade de Direito de Itu declara a sua visão de futuro para o ano de 2026, a saber:

Tornar-se uma instituição de reconhecida qualidade, em nível local e no país, caracterizada pelos seguintes aspectos:

- gestão voltada para a eficácia dos seus processos;
 - formação diferenciada dos alunos com foco no desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e atitudinais;
 - atenção permanente à inovação, no que tange à utilização de ferramentas tecnológicas, assim como à metodologia do ensino e da aprendizagem;
-

- desenvolvimento do autoconhecimento e da visão de mundo sustentável que caracteriza o fazer institucional.

2.1.3 Princípios e Valores

A Faculdade de Direito de Itu tem como seus valores e princípios:

- I. Ética em todos os níveis de ação;
- II. Respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
- III. Permanente articulação das atividades de ensino com as de pesquisa e extensão enquanto princípios pedagógicos;
- IV. Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade;
- V. Compromisso com a qualidade, com a formação humanista e com a preparação para o exercício pleno da cidadania ao executar suas atividades;
- VI. Compromisso com a democratização da educação, no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e à socialização de seus benefícios;
- VII. Compromisso com os princípios democráticos e com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do país;
- VIII. Compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente;
- IX. Liberdade de expressão e comunicação;
- X. Transparência nas ações.

2.2 Objetivos Gerais e Específicos

São objetivos gerais (algarismo) e, respectivamente, específicos (letras) da Faculdade de Direito de Itu:

- I. Atingir nível de administração eficiente e eficaz que utiliza as modernas ferramentas de gestão.
 - a) Implementar a cultura do planejamento da gestão.
 - b) Estabelecer a obrigatoriedade do planejamento anual para os seguintes setores: Biblioteca, Coordenações de Cursos, Marketing, comunicação e
-

eventos, Pesquisa e extensão, Pós-graduação e Tecnologia da Informação.

- c) Institucionalizar programas que deem consequência às políticas institucionais.
- d) Assegurar a publicidade e a transparência das ações da FADITU.
- e) Implementar a gestão de processos na FADITU.

II. Criar altos diferenciais de qualidade na FADITU por meio da inovação (ensino aprendizagem, utilização de ferramentas tecnológicas), integração com a comunidade local e regional, empresa e organismos públicos como parte do processo pedagógico.

- a) Adotar um desenho curricular que caminhe para o desenvolvimento de competências pelos alunos.
- b) Adotar as metodologias ativas para o processo de ensino e da aprendizagem.
- c) Disseminar as boas práticas relativas ao ensino e à aprendizagem no âmbito da FADITU.
- d) Promover o uso dos repositórios de conhecimento no ambiente virtual de aprendizagem, como elemento de melhoria da aprendizagem.
- e) Desenvolver e ampliar o Núcleo de Ensino a Distância.
- f) Desenvolver a extensão como princípio pedagógico

III. Atingir altos níveis de satisfação da comunidade acadêmica com as práticas institucionais (atendimento, capacitação),

- a) Estabelecer mecanismos de capacitação contínua do corpo técnico-administrativo, essencialmente dos funcionários de atendimento.
 - b) Promover a mobilidade estudantil com universidades conveniadas nacionais e internacionais.
 - c) Promover o acesso dos alunos às informações institucionais.
 - d) Manter convênio com instituições e programas que ofereçam bolsas de estudos baseadas em políticas de igualdade étnico-racial.
-

- IV. Criar mecanismos que assegurem uma efetiva vinculação com a sociedade (programas e projetos de extensão e de responsabilidade social; cursos *in company*, etc.).
 - a) Estabelecer mecanismos de capacitação contínua do corpo técnico-administrativo, essencialmente dos funcionários de atendimento.
 - b) Promover a mobilidade estudantil com universidades conveniadas nacionais e internacionais.
 - c) Incentivar e promover a participação de professores e alunos na elaboração de projetos que intensifiquem maior participação da comunidade acadêmica em ações que proporcionem a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos no ambiente acadêmico na solução de questões vivenciadas na comunidade local.
- V. Ampliação e diversificação dos serviços prestados pela FADITU.
 - a) Implantar novos cursos de graduação, segundo a necessidade da comunidade local e regional;
 - b) Criar opções de atividades acadêmicas voltadas para novos nichos a serem identificados na comunidade local
 - c) Expandir o programa de educação continuada da FADITU com a oferta de cursos de extensão
 - d) Adaptar as estruturas existentes na instituição de salas e laboratórios didáticos;
 - e) Oferta de cursos na modalidade de educação a distância

2.3 Metas, Estratégias e Indicadores

Os objetivos estabelecidos para o período de cinco anos de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI estão expressos nas metas, nas suas estratégias de implantação, assim como nos indicadores de cumprimento. No quadro que apresenta as metas, estratégias e indicadores, a numeração relaciona cada meta com o objetivo específico ao qual está vinculada.

Quadro 01 – Metas, estratégias e indicadores correspondentes aos objetivos específicos da Faculdade de Direito de Itu.

Meta	Estratégia	Indicador de cumprimento
------	------------	--------------------------

Prosseguir com o planejamento financeiro anual da instituição a partir de 2022	Submeter orçamento anual de trabalho à entidade mantenedora. Com previsão de dotação orçamentária em conformidade com as necessidades estabelecidas pelo planejamento institucional, com fins de obter compromisso com a sua execução.	Orçamento anual elaborado, aprovado pela entidade mantenedora e operacionalizado a partir de 2021.
Realizar o acompanhamento permanente da execução do PDI a partir do primeiro semestre de 2022.	Analisar e discutir junto aos órgãos colegiados e comunidade acadêmica os relatórios anuais de autoavaliação realizado pela CPA, produzindo documento que direcione para o aprimoramento de ações necessárias ao atingimento das metas estabelecidas no PDI.	Análise, anualmente, dos relatórios de autoavaliação institucional, discussão dos resultados e produção de ações.
Implantar centro de custo por setor até 2023.	Utilizar Sistema de Gestão Acadêmica e Financeira que possibilite a criação de centros de custo por setor e por curso.	Sistema a ser implantado e com os centros de custo implantados até o final de 2023
Implementar a prática do planejamento setorial a partir do ano de 2022.	Solicitar aos setores e departamentos o planejamento de atividades e ações do ano subsequente, com previsão de custos, a ser entregue até 30 de outubro de cada ano, de	Planejamento de todos os setores prontos e encaminhados para a Diretoria Geral até 30 de novembro de cada ano.

	modo a subsidiar a elaboração do orçamento anual.	
Institucionalizar os programas de extensão e de responsabilidade social até dezembro de 2023.	Criar Programa Institucional de Extensão e de Responsabilidade Social com critérios de funcionamento, linhas de projetos a serem desenvolvidos e articulados com as atividades de ensino de graduação, de modo a contribuir para a atuação do aluno na dimensão comunitária.	Programas institucionalizados com projetos de Extensão e de Responsabilidade Social até 2023
Desenhar, analisar, otimizar e redesenhar os principais processos institucionais até dezembro de 2023.	Estabelecer a cadeia de valor dos processos internos da FADITU, estabelecendo a informatização como ferramenta mestra para otimização dos processos institucionais	Processos mapeados, determinação dos fluxos e implantação de ferramentas eletrônicas que garantam a eficiência.
Criar manual de processos da FADITU e disseminá-lo junto ao corpo social institucional até dezembro de 2022.	Estruturar o manual de processos da FADITU contendo fluxograma, procedimentos e instruções de trabalho dos processos da FADITU.	Manual estruturado contendo fluxograma, procedimentos e instruções de trabalho de cada processo.
Implantar o desenho curricular por competências até dezembro de 2022.	Estruturar a matriz curricular dos cursos (atual e novos) de modo a assegurar os eixos de formação vertical e horizontal que possibilitarão o desenvolvimento de	Revisão das matrizes curriculares vigentes e aprovação pelos conselhos de curso competentes.

	competências.	
Estabelecer modelo de planejamento das disciplinas, com vistas ao desenvolvimento de competências, até julho de 2023.	Desenvolver modelo de planejamento das disciplinas de modo a vincular estratégias ativas com competências a serem desenvolvidas pelos alunos.	Realização do planejamento pedagógico conjunto, com a inserção desse novo modelo nos Planos de Ensino das disciplinas.
Estabelecer, até julho de 2023, elenco de metodologias ativas que deverão ser obrigatoriamente utilizadas nas atividades didáticas da FADITU.	Com base nos projetos pedagógicos dos cursos (atual e novos) estabelecer a concepção metodológica que melhor se adeque a cada curso de graduação, elencar as correspondentes metodologias ativas para as atividades didáticas e elaborar Manual de Orientações publicado no ambiente virtual de aprendizagem.	Metodologias ativas e Manual de Orientações em desenvolvimento.
Elaborar um programa continuado de capacitação didático-pedagógica dos docentes, com módulos de atualização disponibilizados a 100% dos docentes, anualmente, no período de 2022 a 2026.	Estruturar programa que contemple 1 módulo anual de atualização didático-pedagógica de curta duração (12 horas), com material disponibilizado <i>on line</i> .	Módulos de atualização realizados e disponíveis para todos os docentes da instituição.
Capacitar	Elaborar programa	Confirmação de acesso e

permanentemente os professores para a utilização do ambiente virtual de aprendizagem, a partir de 2022.	permanente de capacitação para a utilização do ambiente virtual de aprendizagem quanto aos recursos do ambiente e à forma de manuseá-los.	realização dos cursos pelos docentes
Desenvolver e ampliar o funcionamento do Núcleo de Educação a Distância, até julho de 2023.	Configurar infraestrutura física, de equipamentos e de pessoas (programadores, <i>webdesigns</i> , etc.) necessária para atender à demanda da educação a distância e do ensino presencial.	Projeto concluído com todas as especificações e custos associados.
Implantar o Núcleo de Educação a Distância até julho de 2022.	Submeter projeto do Núcleo de Educação a Distância à mantenedora, inserir no orçamento de 2022.	Núcleo de Educação a Distância implantado.
Articular as atividades de extensão com as do ensino e da aprendizagem dos cursos de graduação, até dezembro de 2022.	Inserir a extensão no ensino de graduação por meio da inserção de Projeto de Extensão em todos os cursos e/ou por meio das atividades complementares (incentivo com pontuação para os alunos que participam dos projetos).	Projetos de Extensão implantados nos cursos e pontuação para a participação em projetos de extensão inserida no regulamento de atividades complementares, com divulgação junto ao corpo discente.
Capacitar funcionários técnico-administrativos, essencialmente, os profissionais de atendimento e recepção, criando	Desenvolver e disponibilizar cursos de capacitação para os empregados em parceria com empresas de consultoria do ramo de atividade, que aborde tópicos resolução de situações de conflito,	100% dos profissionais de atendimento capacitados.

condições de atendimento eficaz destes junto aos alunos da Instituição, até dezembro de 2022.	conduta de atendimento, entre outros.	
Criar programa de mobilidade estudantil com universidades conveniadas nacionais e internacionais, até dezembro de 2023.	Realizar comunicações e visitas a universidades nacionais e internacionais, cujas áreas de estudo e pesquisa convirjam para as desenvolvidas na FADITU, no sentido de celebrar convênios que contemplem a mobilidade estudantil, entre outros aspectos de intercâmbio e cooperação.	Convênios celebrados e programa de mobilidade criado e implementado.
Revisar procedimentos e normas e disponibilizar aos alunos e comunidade acadêmica, até dezembro de 2022.	Revisar e aprimorar as normas e procedimentos internos existentes e demais informações de interesse dos alunos na intranet e fazer ampla divulgação junto ao corpo discente.	Normas e procedimento inseridos e disponibilizados no site da instituição
Criar Central que concentre todo o atendimento acadêmico e administrativo aos alunos, até agosto de 2022.	Planejar e implantar Central de Atendimento unificada para a Secretaria Acadêmica e a Tesouraria, por meio de projeto que inclua criação de infraestrutura física e realocação de pessoal.	Projeto criado e Central de Atendimento implantada.
Criar Setor responsável pelas ações de vinculação	Formalizar a implantação de um novo Setor, que possa contar com pessoa	Setor criado e contando com responsável pelas ações de vinculação externa.

com a sociedade, até julho de 2022.	responsável por contatos permanentes de divulgação das ações internas, assim como de prospecção de novos serviços junto à sociedade e que funcione, também, como uma Bolsa de Estágios e de colocação profissional.	
Institucionalizar as ações de extensão universitária e responsabilidade social até dezembro de 2022.	Desenvolver programa que contemple diretrizes e políticas para a responsabilidade social, de modo a institucionalizar as ações em andamento e criar novas linhas de atuação e respectivos projetos afinados com a identidade institucional.	Implantação e execução dos programas de programas.
Estimular a criação de Associação de Ex-alunos até dezembro de 2022.	Reunir ex-alunos de várias épocas que mantém contato com a faculdade, disponibilizando espaço físico para que possam fundar a associação.	Implantação da Associação de Ex-alunos da FADITU.
Planejar novos cursos de graduação, até julho de 2023.	Prospectar necessidade de cursos de graduação que atendam ao desenvolvimento socioeconômico da região e interesse das comunidades local e regional.	Projetos Pedagógicos preparados para submissão ao MEC.
Implantar novos cursos de graduação, até	Preparar a infraestrutura física, logística e de pessoal	Infraestrutura física, logística e de pessoal preparada para

dezembro de 2023.	(laboratórios, acervo bibliográfico e termo de compromisso dos professores a serem contratados) para os dois primeiros anos dos cursos.	recebimento de comissão de avaliação in loco para autorização de cursos de graduação.
Prospectar nichos que apresentem demanda para a oferta de novos serviços, até junho de 2023.	Fazer levantamento de novos nichos que apresentem demandas de serviços na que possam ser promovidos, preferencialmente, em parcerias com outras entidades.	Levantamento feito com demandas caracterizadas.
Planejar novos programas de educação continuada (cursos de extensão e oficinas técnicas) sobre temas emergentes, até junho de 2023.	Identificar as necessidades de temas emergentes com uma demanda configurada para propor cursos de atualização em áreas de conhecimento desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação.	Levantamento feito e demanda caracterizada.
Desenvolver ações que privilegiem o atendimento de demandas que possibilitem a implantação de uma política de igualdade étnico-raciais.	ampliar o número de vagas disponibilizadas em convênios de bolsas do PROUNI e outros do gênero que possibilitem o acesso ao ensino superior por cotas étnico-raciais	Levantamento feito e demanda caracterizada.

2.4 Áreas de Atuação Acadêmica

A Faculdade de Direito de Itu desenvolve atividades acadêmicas em ensino, pesquisa e extensão, vinculadas às seguintes áreas do conhecimento: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Relações Internacionais, Gestão Pública, Pedagogia, Processos Gerenciais e Gestão de RH. Na pós-graduação desenvolve atividades acadêmicas nas mesmas áreas.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, valores, princípios e objetivos gerais e específicos.

O Projeto Pedagógico Institucional é o documento central da Faculdade de Direito de Itu, o qual estabelece as diretrizes e políticas para o fazer acadêmico, fiel à filosofia institucional e foi construído obedecendo ao disposto no Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006.

3.1 Introdução

Em uma fase de transição de uma época a outra, como a que estamos vivendo, instala-se o debate epistemológico em um processo cuja dialética se define entre o certo e o incerto, o estável e o instável, o contínuo e a ruptura.

Nesta virada de século, todas as instituições sociais estão se reinventando diante das mudanças sociais, políticas, econômicas e globais das últimas décadas.

No entanto, para se posicionar, se redefinir ou se reinventar, cada uma destas instituições deve percorrer uma trilha reflexiva, que começa pela construção de uma visão do mundo, e das tendências atuais; e uma visão de si mesmas e da sua própria história; um ponto de partida sólido para a definição de um projeto de desenvolvimento institucional, com o qual guiar a reconstrução organizacional, curricular e pedagógica.

Nesse sentido, este documento pedagógico institucional expressa:

- uma visão de mundo e do contexto social, econômico e político no qual a FADITU se localiza;

- um diagnóstico da situação atual da FADITU, considerando os seus desafios, potencialidades e ameaças;
- uma sólida fundamentação filosófica, pedagógica e didática,
- uma concepção de “ser humano” e de formando;
- uma proposta pedagógica;
- um estilo educativo e em um estilo de aprendizagem ensino;

Desta ótica, a construção do PPI implica preliminarmente um diagnóstico, isto é, o que está se passando no mundo atual e FADITU. Uma vez obtido o consenso necessário a respeito das questões fundamentais, trata-se de traçar as alternativas de ação. Para traçá-las, é necessária uma fundamentação teórica (filosófico-pedagógica) que justifique o porquê de sua formulação e os seus propósitos e objetivos – para que vamos fazê-lo.

Estabelecidos os nossos propósitos, há que se conceber as estratégias de implementação, ou seja: Como vamos fazê-lo? Pessoas para implementar a proposta: quem a dirigirá e a quem se destinará – Com quem vamos fazê-lo e a quem vamos dirigi-lo? Recursos materiais e outros - Com o que vamos fazê-lo? Cronograma – Quando vamos fazê-lo? Circunscrição da área de ação – ambiente físico e lugar geográfico – Aonde iremos realizá-lo?

Obviamente reconhecemos que muitas destas questões não poderemos implementar imediatamente já que não contamos, no momento, com os recursos materiais e financeiros necessários, assim como a qualificação das pessoas envolvidas.

Mas, se queremos avançar na consolidação do projeto institucional da FADITU não podemos adotar posturas imobilizadoras diante das adversidades.

Trata-se, inicialmente, de redefinir nossos projetos pedagógicos de curso, com os recursos disponíveis, e progressivamente incorporar os princípios, diretrizes e valores aqui propostos.

3.2 Contextualização Regional e Local

A Faculdade de Direito de Itu desenvolve as suas atividades voltadas para a educação superior no Estado de São Paulo, que ocupa a posição da primeira economia do Brasil.

O clima do Estado de São Paulo é, predominante, tropical, com verão quente e úmido e inverno seco, mas apresenta variações em razão da latitude, da longitude e, principalmente, da altitude (tropical superúmido, tropical de altitude, tropical quente e úmido e subtropical úmido).

As questões ambientais são uma preocupação permanente do Estado São Paulo. Com uma grande concentração populacional nas cidades, em decorrência da densidade demográfica. Seus principais problemas ambientais são: poluição do ar, falta de saneamento ambiental e de áreas verdes, moradias precárias em áreas de risco, constantes enchentes e ocupação desordenada do solo. O Interior, por sua vez, possui problemas mais relacionados à agricultura e à agroindústria: erosão, degradação dos solos, queima da palha da cana, uso de agrotóxicos e outros insumos agrícolas não ecológicos.

O Estado de São Paulo apresenta alto potencial econômico e grande importância política no país.

3.2.1 Município de Itu

Itu surgiu com a criação de uma capela em louvor a Nossa Senhora da Candelária pelo bandeirante Domingos Fernandes, sendo 02 de fevereiro de 1610 a data oficial de fundação de Itu. O nome “Utu-Guaçu”, que futuramente tornou-se Itu, significava “grande queda d’água”.

A cachoeira que deu o nome para Itu encontra-se no Rio Tietê e inspirou, também, o nome da cidade vizinha, Salto. A Vila de Itu foi elevada à categoria de cidade em fevereiro de 1842.

O clima de Itu é tropical, o bioma é a Mata Atlântica, situando-se entre o planalto cristalino e sedimentar. Apresenta relevo de colina suave e, nas regiões limítrofes, algumas elevações. Itu é banhada pelo Rio Tietê e por alguns outros de menor extensão como o Itaim Mirim, Itaim Guaçu e Braiaia.

O desenvolvimento econômico deu-lhe a condição de maior produtora de cana de açúcar durante o período Imperial. Também teve destaque no ciclo do café, que foi a atividade básica do município até 1935, estimulando o fluxo de imigrantes, em especial, italianos.

Em 1869 instalou-se a primeira fábrica de tecidos de algodão, sendo a primeira movida a vapor da província. Todavia, foi só a partir de 1950 que várias fábricas começaram a se instalar no município.

Em 1968, com a conclusão da Rodovia Castelo Branco, novas empresas instalaram-se em Itu, principalmente às margens de suas estradas de acesso. Atualmente a cidade possui um perfil misto, unindo turismo, comércio, prestação de serviços e indústrias. Sobre este último setor de atividade econômica, o município está implantando um distrito industrial em área de um milhão de metros quadrados, na região de Pirapitingui¹.

A implantação do Distrito Industrial de Itu tem por objetivo atender a demanda de pequenas, médias e grandes empresas interessadas em estabelecerem-se numa área dotada de infraestrutura necessária e estrategicamente bem localizada, possibilitando a geração de novos atrativos para a absorção da mão de obra. Assim, o município de Itu tem um cenário plenamente desenvolvimentista, que aumenta a demanda por mão de obra qualificada.

O Município de Itu se destaca pela importância estratégica no Estado de São Paulo e porque não dizer, no País. O bom cenário atual justifica a perspectiva de demanda por profissionais da área jurídica que atenderão o município e seu entorno.

O município apresenta latitude de 23°15'51" sul e longitude 47°17'57" oeste, com altitude de 583 metros. Sua população estimada em 2015 era de 166.095. habitantes, formada principalmente por descendentes de imigrantes portugueses, italianos, japoneses, além de migrantes de outras regiões do Brasil, em especial do Nordeste, assim como, uma forte presença de migrantes do estado do Paraná. Cidade famosa por tudo lá ser de tamanho exagerado, fama inaugurada pelo comediante Francisco Flaviano de Almeida, o famoso Simplício.

A expectativa de escolarização mais elevada, de níveis de qualificação crescente, tem se revelado no comportamento da comunidade de Itu e região, cidade de expressão econômica paulista, detentora de uma significativa infraestrutura sociocultural e uma população atenta às mudanças sociais, políticas e econômicas.

¹ www.itu.sp.gov.br

O município de Itu ao longo dos últimos anos vem vivenciando um gradual e constante desenvolvimento econômico, refletindo também numa maior atuação nas áreas sociais.

O desenvolvimento econômico descrito ao longo dos anos também tem repercutido no crescimento da demanda por profissionais bem qualificados, das mais diferentes áreas do conhecimento, para atuação em empresas, prestadores de serviços autônomos e em escritórios da região, além das vagas abertas em concursos públicos municipais, estaduais e federais.

Nesse contexto, o profissional egresso dos cursos da FADITU encontra as condições ideais para exercer sua atividade profissional em diferentes áreas e profissões.

3.3. Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição

3.3.1. Princípios Norteadores Gerais

A FADITU tem a sua atuação pautada nos seguintes princípios e valores:

- I. Ética em todos os níveis de ação;
 - II. Respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
 - III. Permanente articulação das atividades de ensino com as de pesquisa e extensão enquanto princípios pedagógicos;
 - IV. Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade;
 - V. Compromisso com a qualidade, com a formação humanista e com a preparação para o exercício pleno da cidadania ao executar suas atividades;
 - VI. Compromisso com a democratização da educação, no que concerne à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e à socialização de seus benefícios;
 - VII. Compromisso com os princípios democráticos e com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e sócio-econômico do país;
-

- VIII. Compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente;
- IX. Liberdade de expressão e comunicação;
- X. Transparência nas ações.

3.3.2. Princípios Operacionais de Projetos e Ações Acadêmicas

O modelo de gestão adotado pela FADITU privilegia dois eixos principais: o acadêmico e o administrativo-financeiro. Para assegurar que estes eixos desenvolvam-se a contento, dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa a propiciar poucos níveis hierárquicos na administração institucional. Tais níveis interagem para que haja eficiência e eficácia da gestão institucional.

Os poucos níveis hierárquicos das instâncias deliberativas e executivas justificam-se porque a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação, exige menor controle burocrático, facilita a gestão por processos, as rotinas administrativas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento dos corpos docente, discente e técnico-administrativo nas atividades internas da Instituição.

O ramo acadêmico da estrutura organizacional conta com coordenações específicas, assim como o Núcleo Docente Estruturante, este último com o propósito de acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de cada curso.

A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas. Os órgãos de deliberação e de execução são concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação, exige menor controle burocrático, facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento dos corpos docente e discente e técnico-administrativo. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com a participação dos diferentes segmentos que constituem a comunidade acadêmica, possibilitando aos setores autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

A FADITU busca a melhoria dos seus processos internos, com vistas à implementação gradual das bases da Qualidade Total. Dessa forma, objetiva adotar a gestão por processos tanto na dimensão acadêmica quanto na administrativa-financeira. Uma instituição de educação superior exige gestão ágil, moderna, na qual o foco administrativo e o foco financeiro devem estar voltados para a qualidade das atividades fim da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. A qualidade deve permear a gestão institucional assegurando a eficiência e a consistência institucionais, dentro das seguintes ênfases: qualidade como otimização de recursos e qualidade como consequência do cumprimento dos propósitos declarados e das metas auto-impostas.

Em acréscimo, a gestão deve buscar a coerência entre a sua estrutura organizacional de suporte e a estrutura proposta nos documentos oficiais da IES (estatuto, regimento, organograma, regulamentos internos, normas acadêmicas, entre outros).

Com base nesses pressupostos, são propostas as políticas de gestão para a FADITU, a saber:

- I. Adoção dos princípios da Qualidade Total.
- II. Implementação da gestão por processos.
- III. Promoção de ações de alavancagem da instituição centrada no planejamento estratégico.
- IV. Intensificação da relação entre avaliação institucional, planejamento, gestão e controle.
- V. Expansão das ferramentas de comunicação interna e externa.
- VI. Expansão do uso das ferramentas de TI na gestão, para agilizar os processos acadêmicos, como: matrículas, requerimentos e históricos.
- VII. Políticas de segurança visando a preservação e a recuperação de normas e documentos institucionais, assim como de dados do corpo acadêmico.

3.3.2.1. Referências Didático-Pedagógicas

A Instituição busca, de forma integrada e coerente, a realização concreta dos objetivos descritos no Regimento Institucional, no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, no Projeto Político Institucional PPI, que abordam as políticas institucionais.

3.3.2.2. Referências Estruturais e Formas de Programas e Cursos

A **FADITU** almeja ofertar cursos que apresentem forte demanda regional, substanciados em resultados de pesquisas de mercado realizadas e em tendências observadas nas áreas que ampliam a empregabilidade.

A concepção dos Projetos Pedagógicos de Cursos da **FADITU** tem como diretrizes norteadoras:

- a formação de sujeitos e de profissionais orientada para a autonomia e para as diferentes inserções do egresso no mundo do trabalho;
- a criação de diferenciais fortes para cada curso por meio da relação imediata com indicadores da necessidade social no que concerne às suas características sociais, econômicas, geográficas e históricas;
- a orientação dos Projetos Pedagógicos ao momento histórico, social e econômico do país e sua aprovação pelos Colegiados Superiores da Instituição;
- a existência e adequação dos recursos físicos e materiais e instalações especiais;
- o perfil do corpo docente orientado por múltiplas competências.

Os cursos de Graduação oferecidos pela **FADITU** se caracterizam pelo compromisso de integrar o ensino com a extensão, com a intenção de formar sujeitos autônomos, responsáveis e profissionais competentes para responder aos desafios da realidade atual. Para tanto, prima pelo foco no mercado de trabalho e pela qualidade do Projeto Pedagógico, que se concretizam na realidade dos atores:

- pela ação indissociável entre reflexão e ação, teoria e prática profissional;
- pelo desenho dos currículos;
- pela titulação, regime de trabalho e qualificação dos docentes;
- pela produção acadêmico-científica realizada por estudantes e professores;
- pelo uso adequado da biblioteca como meio de aprendizagem;
- pela incorporação dos recursos da microinformática no processo de formação.

3.3.2.3. Avaliações do Processo do Ensino e da Aprendizagem

A avaliação no contexto escolar, para Chueiri² (2008), constitui-se em prática intencional e organizada e se realiza a partir de objetivos pedagógicos, claros ou velados, que são o reflexo de valores, códigos e convenções sociais. A prática de avaliar perpassa todo o processo pedagógico ao iniciá-lo com a coleta das informações indispensáveis para conhecimento da realidade, durante a execução do trabalho, até a sua finalização.

Na educação tradicional os estudantes veem as provas à que são submetidos como obstáculos à obtenção do almejado diploma. O bom desempenho nessas avaliações lhes dá a falsa impressão de que aprenderam, mas infelizmente o aprendizado efetivo não é nem valorizado ou alcançado.

Frequentemente as avaliações tem cunho punitivo e o professor as utiliza como forma de pressionar os estudantes a estudarem determinado assunto. Isso caracteriza a chamada motivação extrínseca que se opõem à intrínseca que é aquela gerada pelo próprio interesse do aprendiz pela tarefa educativa, muito mais efetiva em se tratando da educação de adultos (andragogia).

Na educação tradicional as provas são aplicadas ao final do período letivo e quando o estudante não obtém sua aprovação, não há tempo e muito menos organização para recuperar o que não foi aprendido.

Esse cenário leva ao antagonismo entre estudantes e professores, criando atritos e violência oral ou física. Aqueles que deveriam ser parceiros na jornada educativa tornam-se oponentes e nessa condição quem perde é o binômio ensino-aprendizagem.

Em realidade a avaliação deve ser utilizada como diagnóstico da situação educacional do aprendiz. Assim, é inconcebível utilizar-se as avaliações/provas como hoje se faz frequentemente, na educação tradicional. Guimarães Rosa³ já dizia que:

Eu atravesso as coisas e no meio da travessia não vejo! Só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada (...). Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Assim é essencial acompanhar o desenvolvimento cognitivo do estudante. A forma de avaliação que se presta a esse acompanhamento é a formativa, porque

² CHUERIRI, S. F. "Concepções sobre avaliação escolar", in **Estudos em Avaliação Educacional**, v.19 n. 39, jan./abril, 2008.

³ ROSA, J. G. Primeiras Estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

permite corrigir, quando necessário, a rota da jornada educacional do aprendiz durante a travessia.

3.4. Organização Didático-Pedagógica

3.4.1. Perfil do Egresso

Em decorrência da concepção pedagógica e dos princípios teóricos e metodológicos estabelecidos pela FADITU, o egresso, ao longo da sua trajetória de formação, deverá desenvolver as seguintes competências gerais:

- Capacidade para identificar, planejar e resolver problemas.
 - Capacidade de abstração, análise e síntese.
 - Capacidade de investigação.
 - Capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.
 - Capacidade de trabalho em equipe.
 - Capacidade de tomar decisões.
 - Capacidade de comunicação oral e escrita.
 - Capacidade criativa.
 - Capacidade crítica e autocrítica.
 - Capacidade para atuar em novas situações.
 - Capacidade de organizar e planejar o tempo.
 - Responsabilidade social e compromisso cidadão.
 - Capacidade de motivar e conduzir na direção de metas comuns.
 - Compromisso com seu meio sócio-cultural.
 - Habilidade para trabalhar de forma autônoma.
 - Capacidade para formular e gerir projetos.
 - Capacidade de empreender.
 - Compromisso ético.
 - Compromisso com a qualidade.
 - Habilidade para buscar, processar e analisar informação procedentes de fontes diversas.
 - Habilidades interpessoais.
-

3.4.2. Seleção de Conteúdos

Os cursos oferecidos pela Faculdade de Direito de Itu têm suas matrizes curriculares centradas nas competências que o aluno deverá desenvolver até a conclusão do programa. Portanto, o princípio que norteia a seleção dos conteúdos de cada curso, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais da área, é levar o aluno à apropriação de conhecimentos que, quando mobilizados, integrados e contextualizados, possibilitem o desenvolvimento das competências definidas pelo perfil do egresso.

Os projetos pedagógicos voltados para o desenvolvimento de competências exigem um ambiente pedagógico caracterizado pela adoção de alternativas metodológicas inovadoras, dinâmicas e ativas, focadas no estudante como protagonista do seu próprio aprendizado, em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional. As fontes de informação são muitas e variadas e não residem exclusivamente no docente, exigindo dele novas competências para dirigir o processo do ensino e da aprendizagem, visto que a adoção desta concepção reposiciona os conhecimentos como recursos e exige que o professor assuma a tarefa de regular o processo de formação e tenha uma prática pessoal dos conhecimentos na ação, participando de atividades de investigação, de extensão e de aplicação tecnológica.

Ao considerar-se, também, que as práticas e os métodos são válidos em função da mediação pedagógica que o estudante precisa e de que há necessidade em adaptá-las às competências do perfil profissional desejado, poder-se-ia considerar os docentes como instrumentos do ensino e da aprendizagem com competências para desenvolver determinadas atividades que incluem a organização de dados e ações, o planejamento prévio do trabalho, exercícios de aplicação, práticas de laboratório, intercâmbio de informações, programas auto-instrucionais, leitura de manuais, entre outros. É necessário levar em conta, ainda, as atividades que envolvem o estudante em intenso processo de síntese e aplicação de conhecimentos, permitindo ancorá-los na reflexão-ação-reflexão, como a resolução de problemas, a pesquisa e as experiências em laboratório, os projetos livres e dirigidos, os debates e as visitas culturais e técnicas orientadas, os workshops e oficinas, permitindo o trabalho em projetos experimentais simulados, bem como naqueles de casos reais.

Há necessidade também das atividades que propiciem o desenvolvimento de competências comportamentais e das habilidades interpessoais e estas devem ser desenvolvidas com trabalhos em equipes, debates e fóruns de discussão.

A prática pedagógica centrada em desenvolvimento de competências estimula o corpo docente a criar novos meios facilitadores da aprendizagem, o que implica permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo.

Os conteúdos que compõem os componentes curriculares e as atividades que integram as matrizes curriculares dos cursos da FADITU foram selecionados a partir do perfil estabelecido dos egressos, das DCNs dos respectivos cursos e do marco institucional.

Entretanto, na medida em que o mercado de trabalho é extremamente dinâmico, novas competências podem ser agregadas aos alunos, aspecto que exige a atualização permanente dos conteúdos. De forma similar, as características regionais e a atuação do profissional junto à sociedade, também são determinantes dos conteúdos selecionados. Assim, alguns critérios gerais devem presidir a seleção dos conteúdos, entre os quais cabe destacar:

- relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais, regionais e nacionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando-se as expectativas dos diferentes segmentos sociais e a atuação dos profissionais da área;
 - atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;
 - potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos estudantes, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, assim como com a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;
 - interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas, bem como da dimensão sociocultural;
-

- conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, o que permitirá organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade.

3.4.3. Princípios Metodológicos

O maior impacto sobre a qualidade dos formandos, detectado no estudo da Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico – CINAEM, foi determinado pelo modelo pedagógico onipresente nas faculdades, a chamada educação tradicional. Esse modelo também domina o cenário do ensino atual em outras áreas e foi também chamado de tipo “bancário” ou “convergente”, como definido por Bordenave e Pereira⁴, sendo caracterizado por:

- Dissociar-se das necessidades sociais. Tomando como exemplo os cursos de Direito, o profissional que as Faculdades formam atualmente é um protótipo mal acabado de um especialista, enquanto a necessidade social é por um advogado com formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania⁵.
- Estar baseado na transmissão do conhecimento e na experiência do professor que centraliza o processo. Utilizar-se com persistência, teimosia e confiança excessiva das aulas magistrais como único método de ensino.
- Esse ensino bancário caracteriza-se por currículos repletos de informações, de teorias, de minúcias e de princípios científicos, mas não são devidamente aprendidos (senão decorados), pois são descontextualizados. Assim, o que é

⁴ BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁵ BRASIL. Portaria n. 1886, de 30 de dezembro de 1994. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo do curso jurídico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, DF, 4 jan. 1995. Seção 1, p. 238.

aprendido (decorado) não é usado, porque não se aprende fazendo, mas aprende-se para depois saber fazer. A concepção da educação tradicional se baseia em primeiro adquirir conhecimentos, inicialmente os mais simples e depois os mais complexos (a formação da chamada base), para depois aprender a usá-los. Primeiro a sistematização de tudo, depois a problematização. Primeiro a teoria, depois a prática. Mas na vida profissional ocorre justamente o oposto: diante de um problema é que se tornam necessárias a busca de informações e a aplicação de conhecimentos e não aprender algo (decorar) sem saber a sua serventia profissional .

- Atribuir importância suprema ao conteúdo da matéria e, conseqüentemente, esperar que os alunos o absorvam sem modificações e o reproduzam fielmente nas provas.
 - Objetivar fundamentalmente produzir um aumento de conhecimentos no estudante, sem preocupar-se com ele como pessoa integral e como membro de uma comunidade.
 - Ter como consequência natural um estudante passivo, grande tomador de notas, exímio memorizador e que prefere manejar conceitos abstratos a resolver de forma original e criadora problemas concretos da realidade em que vive.
 - Os currículos atuais caracterizam-se por uma organização estrutural onde todos os horários são ocupados. Há excessivo número de disciplinas eminentemente teóricas e muitas sem o tempo adequado para o desenvolvimento de seu conteúdo. Isto impede uma organização curricular dinâmica e ágil. As disciplinas autônomas não interagem e nem obedecem a um esforço ordenado de formação profissional. Muitas delas ensinam conceitos opostos enquanto outras duplicam ideias e conceitos.
 - A velocidade com que novos conhecimentos surgem faz com que hoje seja impossível a um profissional conhecer todos. A maioria dos professores é especialista numa área do conhecimento e, portanto, não possui critérios para definir o que é importante ensinar nem em que profundidade, tendo em vista a formação de profissionais “lato sensu” e não precoces pseudoespecialistas. Os conhecimentos em grande parte desnecessários, mal transmitidos e que não
-

são aplicados, perdem-se. Conceitos que não correspondem a habilidades não se tornam nem perenes nem práticos.

- Frequentemente as aulas programadas não são cumpridas ou iniciam-se com atraso, ou encerram-se antes do horário previsto e devido a estes imprevistos não é possível utilizar esse tempo com outras atividades de estudo, lazer, etc. Esses são os chamados “buracos negros”, frequentíssimos nos currículos atuais. Se um professor não pode comparecer perde-se aquele período, pois a imprevisibilidade impede o uso adequado do tempo.
 - Dentro de um sistema de ensino de massas onde a relação professor-estudante não possui um caráter pessoal, o estudante quase não tem responsabilidades concretas ao longo do curso, é um mero espectador.
 - Não há espaço oficial para a formação humanística do futuro profissional.
 - Esse modelo educacional transformou as crianças e jovens, indivíduos intrinsecamente curiosos e “perguntadores”, em exímios “respondedores”, exigindo-se deles, em geral, uma resposta idêntica àquela já explicitada pelo professor. Nessa escola as respostas se tornaram mais importantes que as perguntas que são a matriz propulsora do conhecimento, pois são as dúvidas, as questões e as perguntas que fazem o conhecimento avançar.
 - A estruturação escolar copiou a organização fabril. Compartimentalizou o tempo para aprender (aulas), o espaço de convivência (salas), os saberes (professores especialistas) e dividiu o trabalho entre vários docentes, perdendo-se a relação dual professor-aprendiz. Tal prática não é neutra e está a serviço da ideia da aprendizagem por acumulação e repetição das informações e serve a um modelo de perfil autoritário e baseado na pedagogia da regulação. O estudante assume papel passivo, tem de ser exímio calígrafo e ser capaz de memorizar volumoso rol de conhecimentos factuais. Perde sua criatividade, não desenvolve o senso crítico e não se torna cuidante, pelo contrário, é dominado e se torna extremamente individualista.
 - A educação tradicional é dominada pela transmissão oral de informações e essa prática surgiu pela inexistência, no início dos tempos, de outra forma de transmitir-se de uma geração para outra futura, a cultura de um povo. Victor Hugo, em 1831, vislumbrou a possibilidade da substituição da cultura oral pela palavra escrita com o surgimento da imprensa. Disse ele:
-

A invenção da imprensa é o maior acontecimento da história. É a revolução mãe... É o pensamento humano que larga uma forma e veste outra... É a completa e definitiva mudança de pele dessa serpente diabólica, que, desde Adão, representa a inteligência.

Embora essa mudança tenha ocorrido na sociedade, nas escolas nada mudou, pois a transmissão oral persiste teimosamente até os dias de hoje. Esse modelo foi internalizado pelas pessoas como sendo “natural” e sendo assim a sua ruptura não é fácil, encontrando-se resistência tanto por parte dos professores como dos estudantes.

Apesar da resistência a mudança educacional está em curso. A educação tradicional bancária está dando lugar à chamada **EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA**, definida por Paulo Freire como sendo aquela baseada na concepção de homens que problematizam suas relações com o mundo, fundamentando-se na relação dialógica entre educador e educando, possibilitando o aprendizado de ambos, por meio de um processo emancipatório⁶. A Educação Problematizadora também deverá garantir o educar em vez do instruir, que se formem homens livres em vez de homens dóceis, o preparo para um futuro incerto em vez de transmitir um passado claro, ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade⁷.

Em oposição ao processo de recepção passiva, a aprendizagem se faz pela descoberta, através de problemas cujas relações devem ser identificadas e construídas pelo estudante que reorganiza o material, adaptando-o à sua estrutura cognitiva prévia. O problema cria desafios e motiva o aprendiz a entendê-lo e por fim, resolvê-lo.

Esta forma problematizadora de aprender é obrigatoriamente ativa e exige que o estudante seja o principal ator na construção de seu conhecimento. Assim como, só bebe água quem tem sede, só aprende algo quem realmente o quer.

A educação por descoberta ou problematizadora implica numa mudança do paradigma do ensinar para o do aprender. Já que aprender é “tornar-se apto ou capaz de” e ensinar é “fazer com que outro se torne apto ou capaz de”, o aprender, obrigatoriamente, sobrepõe-se ao ensinar. Dessa forma, o aprender adquire uma

6 CYRINO, E.G. e TORALLES-PEREIRA, M.L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizagem por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. Cad. Saúde Pública, maio/junho 2004; 20: 780-788.

7 BRIZA, L. Anísio Teixeira: o defensor da escola pública, na teoria e na prática. Revista Nova Escola, número 178, dezembro 2004. Editora Abril.

característica mais centrada no aluno, na independência e na autogestão da aprendizagem. Torna-se, também, voltado para o aprendizado do que realmente é preciso saber, ou seja, aprender para a aplicação prática na vida diária. Valoriza a experiência como rica fonte de aprendizagem, através da discussão e da solução de problemas em grupo, num ambiente adequado e prazeroso. Aprender o que é importante para a vida prática e de forma agradável facilita a memorização e a recuperação posterior do conhecimento.

A adoção da educação problematizadora significativa propicia a mudança da cultura do diploma para o da competência. Os estudantes, hoje, preocupam-se com as notas nas provas para passar de uma série a outra e obter o diploma ao final do curso, que é, hoje em dia, cada vez menos valorizado, o que os leva a buscar cada vez mais certificações. O curso de graduação, não preparando para a vida profissional, torna obrigatório o primeiro curso de especialização, o segundo curso, daí o mestrado, o doutorado, etc.

A educação se tornará efetiva e eficaz se estimular e desenvolver o gosto pelo ato intelectual de aprender e aprender pelo trabalho e para a produção do saber, disponibilizando para a sociedade indivíduos que ao longo de seu curso adquiriram competências em termos de conhecimentos, meta-cognição, habilidades, atitudes e capacidade para o relacionamento interpessoal.

A educação problematizadora propicia o desenvolvimento de competências para o “aprender a aprender”, pois a obsolescência rápida do conhecimento faz com que os futuros profissionais devam se tornar capazes de acessar informações, selecioná-las e aplicá-las à sua realidade profissional.

Para dar conta de processo educacional inovador as Instituições de Educação Superior necessitam, num primeiro momento, converter docentes adeptos da educação bancária em fervorosos defensores da educação problematizadora, o que não é tarefa fácil, pois a maioria dos docentes são profissionais que “viraram” professores e que não dominam questões relacionadas ao processo de aprendizagem-ensino. Cristalizaram a concepção do ensino tradicional que por ter se tornado “natural” é tida como única possível. A sobrevivência dos modelos inovadores depende dessa conversão, pois caso contrário, teremos professores tradicionais atuando num contexto inovador, o que resultará em improvisações e desvios que poderão inviabilizar a proposta problematizadora, pois quando surgir qualquer impasse haverá a pronta tentativa para

voltar ao modelo empírico, ou o que é pior, se “mesclam” as abordagens como se fosse possível misturar o óleo à água. Mesclar produz confusão de princípios, cria concorrência e tende a minar e lentamente destruir o novo.

Assim, é preciso capacitar os professores para que deixem de ser transmissores de informação e se tornem facilitadores da aprendizagem. Não se ocupando com informar, o professor terá tempo de formar e ser um modelo para os estudantes desenvolverem atitudes tanto como cidadãos quanto como futuros advogados⁸.

Para enfrentar os problemas educacionais de hoje precisamos de professores que sejam cultos, mas principalmente artistas, com criatividade para inventar novas situações de aprendizado e capacitados para serem os mediadores entre o saber e os estudantes⁹.

A Educação Problematicadora parte de uma situação problema complexa para em seguida escolher os meios (os conteúdos, as teorias, as leis, os princípios etc.) adequados para sua abordagem e solução. Como se vê, é preciso inverter a crença convencional de que se deve primeiro adquirir conhecimentos para depois usá-los. Ou seja, deve-se aprender fazendo, aprender a partir de situações concretas. Nenhum ensino pode mais pretender só transmitir informações: deve também desenvolver em cada aluno competência para enfrentar situações cotidianas complexas.

Do exposto fica então a questão acerca de quais formas de educação pela descoberta ou problematicadora são passíveis de serem utilizadas.

Em resposta a esse questionamento, podem ser elencadas as seguintes opções: problematização, aprendizagem baseada na pesquisa ou projetos, aprendizagem baseada na prática, a aprendizagem baseada em problemas (problem based learning) e a aprendizagem baseada em equipes (team based learning).

3.4.4. Práticas Pedagógicas Inovadoras

3.4.4.1. Problematização

A problematização inicia-se pela observação de um **cenário real**, pelos estudantes, buscando responder à questão: “o que está acontecendo?”. Observar algo complexo como a realidade, com suas múltiplas contradições, gera múltiplos

⁸ Nóvoa, A. Universidade e formação docente. Interface – comunicação, saúde, nº 7, agosto, 2000.

⁹ Canário, R. Vídeo: o educador no olho do furacão. São Paulo. Editora Atta, 2000.

questionamentos e muitos problemas serão detectados, cuja compreensão passa pela teorização dos mesmos e consequente criação de hipóteses de solução para um ou todos eles. Uma vez selecionada qual das intervenções será implementada, ela deverá ser aplicada a essa realidade. Espera-se, dessa forma, que o problema original seja solucionado redundando numa modificação da realidade inicialmente encontrada. Essa abordagem educacional visa criar consciência crítica e não apenas a compreensão dos conceitos e mecanismos básicos da ciência. A problematização ao relacionar sociedade e educação, dá a esta última uma dimensão política, conscientizando professores e estudantes dos direitos e deveres do cidadão, tendo forte caráter emancipatório e libertador. Presta-se bem para o trabalho de campo junto à comunidade¹⁰.

3.4.4.2. Aprendizagem Baseada na Pesquisa ou Projetos

A aprendizagem baseada na pesquisa ou por projetos procura fazer com que se aprenda pela elaboração própria, substituindo a curiosidade de escutar pela de produzir. O estudante, movido pelo seu desejo e curiosidade, é instado a produzir um levantamento das certezas provisórias e das dúvidas temporárias e definir o problema a ser investigado através do uso de critérios de julgamento baseados na relevância em relação a determinado contexto. Finalmente o aprendiz deverá criar e desenvolver um planejamento do projeto de forma cooperativa. Busca também que os estudantes se apropriem da metodologia de pesquisa científica, desenvolvam conhecimentos e habilidades relacionados a várias áreas do conhecimento e adquiram habilidades para redigir e apresentar trabalhos científicos¹¹.

3.4.4.3. Aprendizagem baseada na prática

A aprendizagem baseada na prática procura criar cenário em que os estudantes aprendam o processo de raciocínio, efetivo e eficiente, utilizado no cenário profissional. O professor utiliza para isso problema que simule situação real, da mesma forma que ocorre na prática, sendo que os estudantes podem solicitar dados relativos a aspectos do caso trabalhado, em qualquer sequência, buscando indícios que possam ajudar a compreensão e a resolução do problema. Os aprendizes são estimulados, assim, a tomar decisões refletindo sobre a ação praticada (*reflexão na ação*), ganhando

¹⁰ FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1975.

¹¹ DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas: Editora - Autores Associados, 2000.

habilidade para aplicar, criativamente, conhecimentos adquiridos a partir das experiências, tanto atuais como passadas, na resolução de situações não familiares, enquanto elas estão ocorrendo. Uma vez tomada a decisão, deverão fazer uma *reflexão sobre a ação* executada. Esse processo consiste em repensar sobre o que aconteceu durante o encaminhamento do problema, o quanto as ações foram apropriadas e como essa situação afetará sua futura prática. Essa concepção é muito diferente das pseudoaulas práticas atuais, nas quais o professor profere uma aula magistral no campo da prática, isto é, uma aula teórica travestida de prática¹².

3.4.4.4. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP OU PBL)

A aprendizagem baseada em problemas (ABP) deve ser entendida como uma estratégia de construção curricular mais do que um simples método educacional, pois para a sua aplicação adequada, necessita criar espaços para o autoaprendizado e outras atividades educacionais de apoio. Ao propiciar a mudança no currículo, a ABP permite que as outras formas de educação problematizadora sejam também utilizadas.

Na ABP os estudantes recebem um problema de papel, extraído e reelaborado a partir de uma situação do cotidiano, o que cria um contexto de aprendizagem significativa. O problema tem a função de desafiar e motivar os estudantes a compreendê-lo. A discussão do problema num pequeno grupo faz com que os conhecimentos prévios sejam postos em jogo e dessa forma propiciem a ancoragem das novas informações criando verdadeiras redes semânticas, que facilitam a memorização por longo tempo.

Nesse cenário o aprendizado se dá de forma cooperativa, minimizando a competição e capacitando os estudantes para o trabalho em grupo baseado num relacionamento interpessoal construtivo. A análise do problema segue sequência semelhante à utilizada na metodologia de pesquisa científica, o que capacita os aprendizes a resolver, no futuro, problemas complexos. O professor, denominado de tutor, tem papel de facilitador e mediador entre os estudantes e o conhecimento.

Após a abertura do problema os estudantes buscarão as respostas às questões formuladas e assim poderão validar ou não as hipóteses de explicação criadas pelo

¹² Nóvoa, A. Universidade e formação docente. Interface – comunicação, saúde, nº 7, agosto, 2000.

grupo. Como as pessoas têm formas de aprender diferente, o estudo autodirigido permite que cada estudante escolha a forma mais eficiente de fazê-lo.

No segundo encontro o problema será rediscutido face às novas informações trazidas pelos integrantes do grupo e uma nova reelaboração cognitiva acontecerá. Os estudantes trazem informações de fontes diferentes e num grau de complexidade variável e ao socializarem essas aprendizagens com o grupo terão que explicá-las a seus colegas, argumentando a favor de suas concepções e tais práticas garantem um entendimento substancial do conteúdo, permitindo sua retenção mais duradoura na memória¹³.

Há, atualmente, uma perigosa tendência de adotar a ABP como a “tábua da salvação”, ou seja, pensar que essa estratégia resolverá todas as deficiências da educação superior. Ledo engano. Embora a ABP não possa ser considerada a solução para todos os problemas educacionais, trata-se, todavia, de poderosa ferramenta para estimular os estudantes a construir ativamente habilidades de resolução colaborativa de problemas o que será requisito no futuro ambiente de trabalho. Outra prática perigosa é a de utilizar a ABP apenas como bandeira de marketing.

3.4.4.5. Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE OU TBL)

A estratégia da Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE) ou do inglês Team Based Learning (TBL) surgiu na educação superior nos últimos anos como uma estratégia capaz de intensificar a aprendizagem ativa autodirigida e o pensamento crítico, mesmo em salas de aulas com uma relação professor/estudante muito pequena, por exemplo, um professor por classe.

Assim como a aprendizagem baseada em problemas (ABP) ou do inglês *problem based learning* (PBL), a ABE ou TBL engaja os estudantes no trabalho intelectual com o tipo de problemas que eles irão encontrar na sua prática profissional.

Todavia, a maior ênfase na ABE ou TBL está na aplicação de conceitos e no processo especialmente concebido para que os estudantes aprendam tais conceitos e sua aplicabilidade através do estudo em grupo, que com o tempo evoluem para equipes de aprendizagem autogeridas.

¹³ MAMEDE, S. et al. Aprendizagem Baseada em Problemas, anatomia de uma nova abordagem funcional. Londrina: HUCITEC, 2001.

A aprendizagem em pequenos grupos tem sido utilizada há centenas, talvez, milhares de anos. Aparece na literatura especializada com diferentes designações, incluindo, de forma mais destacada, aprendizagem colaborativa ou cooperativa, o que significa em essência, “o uso instrucional de pequenos grupos nos quais os estudantes trabalham juntos para maximizar a sua aprendizagem e a de cada um dos membros da equipe”. Pesquisas mostram que esse ambiente de aprendizagem, em pequenos grupos, quando comparado com a modalidade tradicional de aprendizagem competitiva e individualista, traz benefícios que incluem um maior sentimento de realização nos estudantes, além da utilização do pensamento crítico e o aprendizado de habilidades complexas de raciocínio.

Embora a ABE ou TBL consistentemente aprimora os resultados academicos por mudar o foco instrucional da transmissão de informações para a aplicação do conhecimento adquirido e elaborado, ela também permite o aprendizado de outras competências profissionais que não podem ser alcançadas ou avaliadas através da instrução baseada em aulas teóricas magistrais¹⁴.

A ABE desenvolve-se por etapas, mostradas no esquema a seguir:

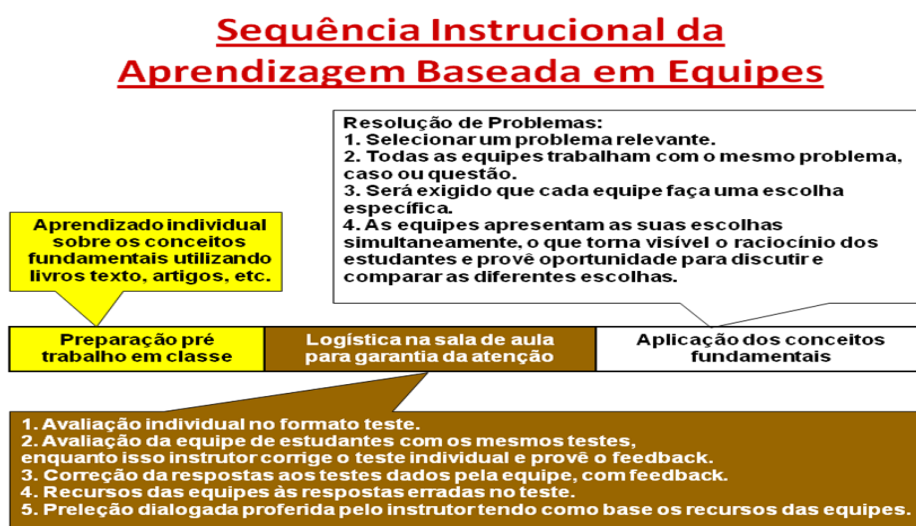


Figura 01 – Diagrama esquemático da sequência instrucional da aprendizagem baseada em equipes

A construção de uma educação por descoberta ou problematizadora dependerá da utilização das diferentes estratégias, de forma articulada, no decorrer de todo o curso.

¹⁴ PARMELEE, D.X. e MICHAELSEN, L.K. Doze conselhos para tornar efetiva a estratégia da aprendizagem baseada em equipes (team based learning); Medical Teacher 2010, 32(2): 118-122.

3.4.5. Processo de Avaliação da Aprendizagem

A verificação do rendimento escolar, feita por unidades de estudo, compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade. A sistemática dessa avaliação e da promoção do aluno é estabelecida anualmente pelo Colegiado de Curso e NDE.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas. A apuração e o registro da frequência do aluno e atribuição das notas de aproveitamento são de competência exclusiva e indeclinável do professor.

3.4.5.1. Da revisão de provas

Do ponto de vista didático é conveniente ressaltar a importância do diálogo entre o aluno e o professor quanto aos resultados da verificação do aprendizado através da devolutiva das provas. O processo de revisão de prova, a ser formalizado por escrito à instância administrativa, deverá ocorrer quando esse diálogo salutar, inclusive mediado pelo Coordenador do Curso, se necessário, tornar impossível dirimir a dúvida levantada.

Alegações subjetivas, tais como procedimento injusto do professor ou de simples insatisfação do aluno com o resultado, não ensejarão curso à tramitação de requerimento de revisão de prova.

Para tanto, as razões alegadas pelo aluno devem ter caráter objetivo, enquadrando-se, exemplificativamente, nas seguintes hipóteses:

- erro de identificação da prova quando fica evidenciado engano na identificação do estudante, autor da prova;
- não coincidência entre a nota atribuída e o gabarito de correção;
- incoerência entre a resposta rejeitada pelo professor e a explicação dada em aula ou consignada em livro-texto; tratamento diferente para respostas idênticas dadas pelos alunos da mesma turma.

Toda prova deve ser assinada e datada pelo próprio aluno como um termo de aceite depois de todas as correções.

3.4.5.2. Da aprovação

- a) Em qualquer disciplina, o aluno que obtiver, ao final de semestre, média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) será considerado aprovado, com a possibilidade de dispensa do exame final.
- b) O aluno que obtiver média semestral abaixo de 6,0 (seis), e frequência igual ou superior a 75% deverá submeter-se ao exame final;
- c) Será considerado aprovado o aluno cuja média, resultante da nota semestral e da nota do exame final, seja no mínimo 5,0 (cinco), e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);
- d) Para a aprovação do artigo científico/monografia, se for o caso, o aluno deve obter nota igual ou superior a 6,0 (seis) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

3.4.5.3. Da Reprovação

O aluno reprovado em unidades de estudo poderá cursá-las novamente, nas séries subsequentes, nos termos do Regimento Institucional da FADITU. Poderão organizar-se classes ou turmas especiais, em período não necessariamente semestral, desde que assegurado o conteúdo do componente curricular e preservada a qualidade do ensino.

3.4.5.4. Formas alternativas de Avaliação

A faculdade vem aventando a possibilidade de reformulação da forma de avaliação, cujos critérios poderão ser alterados, tomando-se por base a avaliação por competência.

Evidenciando-se essa necessidade, caberá aos órgãos colegiados institucionais a discussão e deliberação por eventuais alterações.

3.4.6. Políticas de Estágio, Prática Profissional e Atividades Complementares

3.4.6.1. Estágio

O Estágio Supervisionado tem como finalidade proporcionar a complementação da formação escolar e permitir ao estudante o acesso a seu futuro campo de atuação profissional em contato direto com questões práticas e teóricas.

Assim sendo, e tendo em vista os conhecimentos, habilidades e atitudes características dos cursos de graduação, as necessidades presentes na região e a importância de os estudantes explorarem o *locus* de sua atividade profissional, a

Instituição disporá de um programa detalhado para condução do Estágio Supervisionado, adaptado às especificidades dos cursos autorizados e dos cursos em fase de autorização.

Considerando as exigências típicas da execução dos programas de Estágio Supervisionado, ele está sob a coordenação de um professor que, além de apresentar competências acadêmicas de pesquisador, apresenta competências docentes de orientador e competências profissionais resultantes de prática acumulada no mercado de trabalho.

Os estudantes estagiários contam com o suporte técnico, conceitual, teórico e metodológico de uma equipe de professores orientadores. Cada professor orientador pode orientar a elaboração projetos de estágio. Existe na Instituição um regulamento para o desenvolvimento do Programa de Estágio Supervisionado.

3.4.6.2. Prática Profissional

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa, na medida em que as competências geradas contribuem para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional.

A FADITU pretende oportunizar situações concretas vinculadas à prática profissional dos discentes, visando os desempenhos técnico, humano e político.

As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de “*laborabilidade*” (em lugar de empregabilidade), na medida em que essas competências serão premissas de um trabalhador polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

Em decorrência, o professor está hoje sendo levado a entender que não é mais a única fonte legítima de conhecimento para seu aluno. Talvez este seja mais hábil e mais rápido para ir à Internet buscar informações. Mas, enquanto isso acontece, fortalece-se o papel que o professor sempre teve, ou seja, de ajudar o aluno a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na vida prática.

Dentre os meios de operacionalizar a prática profissional se encontram as atividades complementares que possibilitam a real integração entre teoria e prática

profissional, valendo como parte de um currículo exposto, de um lado, e oculto, de outro, que não se encontra muito explicitado em estruturas curriculares regimentais; programas de ensino sustentados em concepções pedagógicas crítico-reflexivas, com orientação teórico-metodológica que articule ensino e trabalho e integre teoria e prática, adotando princípios da educação adequados ao "ser trabalhador" como "ser aprendiz".

3.4.6.3. Atividades Complementares e Flexibilização Curricular

Além das disciplinas teóricas e das disciplinas práticas, ditas "laboratoriais", formatadas em um padrão de turma/docente/horas-aula semanais, são previstas atividades complementares para os cursos de graduação e tecnológicos da Instituição, visando a propiciar ao aluno a oportunidade de realizar uma trajetória autônoma e particular, no desenvolvimento do currículo.

As atividades complementares são desenvolvidas em três níveis:

- como instrumento de integração e conhecimento do aluno da realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso;
- como instrumento de iniciação científica e ao ensino;
- como instrumento de iniciação profissional.

É de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE normalizar as atividades complementares ao longo do tempo de integralização curricular, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela FADITU e com as do MEC.

As atividades complementares são computadas para efeito de integralização do total previsto para o curso, não incluindo as horas dedicadas aos Práticas Interdisciplinares ofertadas na forma de "Oficinas".

As atividades complementares estão previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos e as modalidades admitidas são divulgadas pela direção e coordenação do curso, a fim de permitir a sua livre escolha pelo aluno.

3.4.7. Políticas de Educação Inclusiva

A FADITU, atendendo ao disposto na legislação educacional, formulou sua política de inclusão social.

São os seguintes os objetivos por ela definidos:

- promover a melhoria do desempenho dos alunos com comprovada deficiência por meio de atividades de nivelamento em comunicação escrita em Língua Portuguesa e cálculo matemático, voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso na IES;
- propiciar as condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de graduação;
- reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- estimular práticas sociais e escolares fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos;
- promover a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais; e
- absorver parte do contingente de migrantes do município e da região nos cursos superiores oferecidos, qualificando e preparando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

A Instituição, mediante o apoio às iniciativas voltadas ao acesso de estudantes afrodescendentes e indígenas ao ensino superior, e ao desenvolvimento de cursos complementares e a elaboração de estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico deste público em especial, pretende auxiliar no Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo Federal.

Serão implementadas as seguintes ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento destas atividades:

- a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante, pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
 - a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e interinstitucionais, com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
-

- a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, e abertura de novas linhas de extensão.

Espera-se, assim, impacto social positivo e produtivo, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão destes grupos sociais; e desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afrodescendentes e indígenas, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A IES se empenha em articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais visando a:

- contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- aproximar as matrizes curriculares dos cursos superiores com as necessidades concretas da sociedade;
- descobrir novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- experimentar alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa; e
- desenvolver atitude pró-ativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles se encontram sub-representados, mormente aqueles direcionados à cultura, à pesquisa e à vivência acadêmica continuada.

3.4.8. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

De acordo com o Regimento da Instituição, a integralização curricular dar-se-á pelo regime seriado semestral ou anual, conforme as características do curso.

Conforme disposto art. 60, § 5º, alínea “c”, do Regimento Institucional da FADITU, estabelece que as disciplinas em dependência e adaptação, poderão ser cursadas “ *em regime de educação à distância, obedecida a legislação em vigor, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária do curso*”. Tal dispositivo constitui-se em oportunidade diferenciada de integralização no curso na medida em que oferece ao

aluno maior flexibilidade na integração entre seus estudos e suas atividades práticas e/ou profissionais, facilitando a realização de estágios ou mesmo a inserção no mercado de trabalho.

Por fim, segundo dispõe o art. 56, § 5º do Regimento Institucional da **FADITU**, *“alunos que obtiverem extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos cursos de graduação, observadas as normas específicas pertinentes.”*

Desta forma a Instituição procura revelar, reconhecer e impulsionar seus valores, fazendo com que avancem em direção à educação continuada e contribuindo, assim, não apenas com a formação de mão de obra qualificada, mas também com a formação de capital intelectual, do qual toda nação prescinde para manter níveis sólidos de crescimento.

3.4.9. Diretrizes de Apoio Pedagógico

A Política de Atendimento aos Discentes da FADITU, atendendo às legislações pertinentes e, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso, privilegia ações que visam democratizar o ensino e estimular a permanência dos alunos na Instituição. A Faculdade mantém canais permanentes de comunicação e atendimento aos alunos. O coordenador do curso e o Diretor Acadêmico da IES são os canais imediatos.

Existe na instituição Apoio Pedagógico, dirigido por profissional com formação em psicopedagogia para atendimento a toda comunidade acadêmica – discentes, docentes e técnico-administrativos.

O atendimento ao estudante é realizado de forma individual e destinado àqueles que possuem algum problema de ordem pedagógica ou acadêmica, que esteja interferindo no seu processo de aprendizagem, como, por exemplo, dificuldade de adaptação ao curso, dificuldade de relacionamento com os professores entre outros.

A instituição também possui setores de atendimento e programas específicos que facilitam e oportunizam o desenvolvimento acadêmico, tais como:

- a) Acesso a biblioteca através da Internet e pesquisa local informatizada;
 - b) Acesso livre a laboratórios de computação com internet;
 - c) Acesso à internet sem fio (wifi);
 - d) Acesso ao boletim de controle de notas e faltas pela internet;
-

- e) Praça de alimentação;
- f) Mecanismos de nivelamento para inclusão digital, formação pessoal e conhecimentos básicos;
- g) Programas de Monitoria e Nivelamento.

Programa de Monitoria tem por objetivos:

- Assessorar o professor nas atividades docentes;
- Possibilitar a interação entre docentes e discentes;
- Proporcionar ao monitor uma visão globalizada da disciplina a partir do aprofundamento, questionamento e sedimentação de seus conhecimentos;
- Desenvolver habilidades didático-pedagógicas e uma visão crítica sobre a metodologia do ensino;
- Contemplar e valorizar a formação acadêmica do aluno, imprimindo um importante diferencial no seu histórico escolar.
- Colaborar para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, com atendimento diferenciado aos alunos pelo monitor.

Os Programas de Nivelamento são projetos de apoio a alunos com deficiências em conteúdos próprios do ensino fundamental e médio. A missão do programa é favorecer o ingresso dos estudantes no nível superior de ensino e fornecer conhecimentos básicos em comunicação em língua portuguesa e cálculos matemáticos para o bom desenvolvimento dos alunos em disciplinas do curso superior, uma vez que tais conteúdos são pré-requisitos imprescindíveis.

O Núcleo de Apoio Pedagógico objetiva promover a qualificação do processo ensino-aprendizagem por meio da criação de um canal de comunicação aberto com o corpo discente, possibilitando encaminhamentos apropriados de acordo com as necessidades apresentadas e atendimentos e atividades extraclasse a partir das demandas coletivas e/ou individuais dos estudantes, em seus mais diversos aspectos, sejam eles de ordem pedagógica, humana, intelectual, linguística, social, relacional, institucional ou psicológica.

Os Programas de Extensão são formados por atividades acadêmicas realizadas junto à comunidade, com o objetivo de apresentar-lhe os conhecimentos construídos na articulação entre o ensino e a pesquisa. Por outro lado, a captação das demandas e necessidades da sociedade permite orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos, criando uma relação dinâmica entre a comunidade acadêmica e seu

contexto social. São oferecidos cursos, eventos, programas especiais e prestação de serviços.

A Faculdade mantém um programa denominado “Trote Solidário”, cuja finalidade é situar os ingressantes nas atividades acadêmicas, fazendo com que se sintam acolhidos pela Instituição e, ao mesmo tempo, participando de atividades de responsabilidade social.

3.5. Políticas Institucionais

Para dar consequência ao seu planejamento institucional, o qual foi realizado em consonância com o marco institucional (missão, valores, visão e objetivos) e em cumprimento ao documento maior da OSAC, o Projeto Pedagógico Institucional, a Faculdade de Direito de Itu enuncia as suas políticas institucionais.

3.5.1. Políticas de Ensino

As políticas de ensino focam o ensino de graduação e de pós-graduação.

3.5.1.1. Ensino de Graduação

Para estabelecer diretrizes e induzir operacionalização do ensino de graduação de acordo com os pressupostos estabelecidos anteriormente, são propostas as seguintes políticas:

- a) Promoção de concepção pedagógica focada no aluno, que incentive os estudos autônomos, propicie a mobilização, a integração e a aplicação dos conhecimentos e respeite as peculiaridades e diferenças dos aprendizes.
 - b) Capacitação permanente dos docentes nos aspectos didáticos e metodológicos do processo do ensino e da aprendizagem, no sentido de os tornarem aptos para trabalhar com a concepção pedagógica adotada pela FADITU.
 - c) Acompanhamento e análise permanente do Projeto Pedagógico dos Cursos, com o objetivo de avaliar a sua pertinência, atualização e adequação às necessidades de formação exigidas pela sociedade;
 - d) Adoção da pesquisa como princípio educativo.
 - e) Adoção da extensão como princípio educativo.
-

3.5.1.2. Ensino de Pós-Graduação

O cenário de crescente inovação tecnológica e rapidez das informações numa economia globalizada altamente competitiva impõem uma permanente atualização e uma qualificação profissional múltipla, mas necessariamente especializada. A pós-graduação surge nesse cenário como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para seu ingresso no mercado de trabalho, mas para sua permanência e crescimento.

Partindo dessas premissas e dando consequência ao princípio da educação continuada, a Faculdade de Direito de Itu estabelece as seguintes diretrizes que norteiam a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu.

- a) Promoção de cursos de pós-graduação que atendam a necessidade de atualização e especialização dos profissionais da região.
- b) Promoção de cursos de pós-graduação que induzam o desenvolvimento de novos setores de atuação profissional, estratégicos para o crescimento regional, de modo a propiciar o redirecionamento da atuação do profissional e a consequente melhoria dos níveis de empregabilidade.

3.5.2. Políticas de Extensão

É por meio da extensão que a Instituição de Educação Superior fornece à sociedade o retorno da concessão pública recebida para atuar como organização voltada para o desenvolvimento de capital humano.

Sob esse aspecto, a Instituição beneficia-se da aproximação do aluno com o campo da prática profissional, na medida em que, as atividades de extensão trazem oportunidades da contextualização dos conhecimentos adquiridos pelo discente. Daí a importância da extensão estar atrelada à graduação como um princípio pedagógico.

Os princípios que norteiam os projetos de extensão da FADITU podem ser expressos como:

- prática acadêmica que possibilita, juntamente com o ensino e a pesquisa, a ação de reflexão crítica e a melhoria da aprendizagem dos alunos e de mudanças nas comunidades onde os projetos são desenvolvidos;
 - ações que devem alicerçar-se, principalmente, nas prioridades e demandas da região;
-

- disseminação e aplicação de conhecimento estudado, pesquisado e sistematizado com vistas ao desenvolvimento regional.

Com base nestas premissas, são propostas as políticas institucionais para a extensão:

- a) Fomento ao desenvolvimento das ações de extensão vinculadas ao ensino de graduação (inserção de projetos de extensão como componente curricular).
- b) Desenvolvimento de projetos que oportunizem a aplicação dos conhecimentos nas áreas dos cursos oferecidos, com fins de melhoria da qualidade de vida da comunidade do entorno.

3.5.3. Políticas de Pesquisa

A política de pesquisa implementada na FADITU será pautada na percepção de que a investigação científica não é somente um instrumento de fortalecimento do ensino, mas também, e, sobretudo, é um meio de construção do conhecimento.

Assim sendo, materializada em Programa de Pesquisa, visa desenvolver uma ação contínua que, por meio da educação, da cultura e da ciência, busca unir o ensino e a pesquisa em um contínuo, propiciando, através dos seus resultados, uma ação transformadora entre a academia e a população.

Neste sentido, a Faculdade de Direito de Itu propõe as seguintes políticas para a pesquisa:

- a) Fomento ao desenvolvimento de pesquisas, básica e aplicada, no âmbito da instituição e/ou de organizações do meio onde se insere;
 - b) Atenção permanente ao desenvolvimento da biblioteca, com vistas ao aumento da documentação científica, assim como da sua divulgação;
 - c) Promoção da concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para a execução de determinados projetos;
 - d) Promoção de iniciação científica através do Programa de Iniciação Científica em suas modalidades, com bolsa e voluntário;
 - e) Incentivo à celebração de convênios com entidades patrocinadoras de pesquisa;
 - f) Promoção do intercâmbio com instituições científicas;
-

- g) Promoção de eventos científicos com vistas à divulgação dos trabalhos que foram e/ou estão sendo desenvolvidos em parceria entre os alunos e os professores;
- h) Incentivo à participação dos docentes e discentes em eventos científicos em no País.

A Faculdade de Direito de Itu entende o desenvolvimento da investigação científica como um valioso instrumental pedagógico. A participação em projetos de iniciação científica tem um importante papel na formação do aluno, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia-a-dia instigado pelo seu olhar investigador.

A realização das atividades de pesquisa será incentivada por meio de diversos mecanismos institucionais, a exemplo dos docentes envolvidos que possuirão carga horária atribuída pela IES para a realização das atividades de pesquisa e da promoção e incentivo à apresentação de produção científica e de resultados em eventos científicos.

Para o corpo discente, a FADITU oferecerá bolsas de iniciação científica, bem como os alunos poderão ser beneficiados com bolsas destinadas por órgãos de fomento à pesquisa com os quais a Instituição venha a firmar convênio. Considerando situações em que essa oferta não contemple a todos os alunos inscritos, a Instituição irá estimular a participação voluntária sem prejuízo da legitimidade institucional do projeto de pesquisa.

3.5.4. Políticas de Gestão

O modelo de gestão adotado pela FADITU privilegia dois eixos principais: o acadêmico e o administrativo-financeiro. Para assegurar que estes eixos desenvolvam-se a contento, dispõe de organização formal com estrutura que visa a propiciar níveis hierárquicos na administração institucional, que interagem para que haja eficiência e eficácia da gestão institucional.

Os cursos dispõem de coordenadores próprios, que dão cumprimento às diretrizes curriculares, controle de frequência de professores e alunos, distribuição de cargas horárias, disseminação e supervisão do cumprimento dos projetos pedagógicos

e outras questões essenciais na vida dos cursos e, conseqüentemente, da gestão acadêmica.

A FADITU, após 52 anos de existência, acompanha as tendências de modernização da administração, buscando a melhoria dos seus processos internos, com vistas à implementação gradual das bases da Qualidade Total. Dessa forma, está adotando a gestão por processos tanto na dimensão acadêmica quanto na administrativa-financeira.

Uma instituição de educação superior exige gestão ágil, moderna, na qual o foco administrativo e o foco financeiro devem estar voltados para a qualidade das atividades fim da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. A qualidade deve permear a gestão institucional assegurando a eficiência e a consistência institucionais, dentro das seguintes ênfases: qualidade como otimização de recursos e qualidade como consequência do cumprimento dos propósitos declarados e das metas auto-impostas.

Em acréscimo, a gestão deve buscar a coerência entre a sua estrutura organizacional de suporte e a estrutura proposta nos documentos oficiais da IES (regimento, organograma, regulamentos internos, normas acadêmicas, entre outros).

Com base nesses pressupostos, são propostas as políticas de gestão para a FADITU, a saber:

- a) Implementação da gestão por processos como uma primeira etapa para a Qualidade Total.
- b) Promoção de ações de alavancagem da instituição centrada no planejamento estratégico.
- c) Intensificação da relação entre avaliação institucional, planejamento, gestão e controle.
- d) Expansão das ferramentas de comunicação interna e externa.
- e) Expansão do uso das ferramentas de TI na gestão, para agilizar os processos acadêmicos e subsidiar a tomada de decisão.
- f) Institucionalização das ações de capacitação dos docentes e dos funcionários técnicos e administrativos.
- g) Institucionalização dos meios de preservação e de recuperação de documentos institucionais que comprovam a produção institucional (projetos, eventos, produção acadêmica, entre outros).

3.5.5. Políticas de Responsabilidade Social

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais¹⁵.

A Faculdade de Direito de Itu pauta sua atuação pela efetiva interlocução com a sociedade. Nesse aspecto, o pilar da responsabilidade social da FADITU está suportado em três vertentes, a saber:

- ações de inclusão social;
- ações voltadas para a preservação dos recursos ambientais, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- ações voltadas para a preservação do patrimônio artístico e cultural.

Desse modo, são propostas as políticas de responsabilidade social estabelecida pela FADITU possui :

- Fomento à ampliação do número de estudantes negros e afro-descendentes nos cursos de graduação da Faculdade;
- Fomento às ações acadêmicas para o reconhecimento e aceitação das diferenças étnicas, culturais, orientação sexual, credo e direitos humanos;
- Promoção de ações de assistência e atendimento estudantil;
- Fomento à consciência ambiental da comunidade acadêmica, promovendo projetos voltados à preservação do meio ambiente;
- Incentivo ao desenvolvimento de ações voltadas para a preservação e a difusão do patrimônio artístico e cultural do município de Itu.

Desse modo, o compromisso social da FADITU comporta, além das suas funções específicas de geração e transmissão do saber e formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, a prestação de serviços à sociedade, favorecendo o desenvolvimento econômico e social da região e do país, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

4. DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

¹⁵ www.ethos.org.br

A Faculdade de Direito de Itu apresenta, atualmente, um quadro de ensino consolidado com a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação . Dentro das suas perspectivas de desenvolvimento e crescimento projeta, também, o desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e responsabilidade social para o período de abrangência do PDI.

4.1 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu - Cursos de Graduação Oferecidos

A Faculdade de Direito de Itu apresenta a oferta consolidada do seu curso de graduação em Direito, cujos dados são informados no Quadro 07.

Quadro 3 – Cursos de graduação presenciais oferecidos pela FADITU

Curso	Graduação/ Duração	Vagas	Turno	Ano início	Último Ato Regulatório	ENADE
Direito	Bacharelado/ 5 anos	275	Matutino e Noturno	1969	Portaria SERES/MEC nº 268 de 03/04/2017	3 (2015)
Administração	Bacharelado/ 4 anos	200	Noturno	2017	Portaria SERES/MEC nº 878 de 13/11/2015	S/C
Ciências Contábeis	Bacharelado/ 4 anos	200	Noturno	2017	Portaria SERES/MEC nº 702 de 01/10/2015	S/C
Gestão Pública	Tecnólogo/ 2 anos	150	Matutino e Noturno	2022*	Portaria SERES/MEC nº 334 de 05/05/2015.	S/C
Relações Internacionais	Bacharelado/ 4 anos	100	Noturno	2022	Portaria SERES/MEC nº 809 de 22/12/2014	S/C

Pedagogia	Licenciatura/ 4 anos	150	Noturno	2022*	Portaria SERES/MEC nº 787 de 29/06/2021	S/C
Processos Gerenciais	Tecnológico/2 anos	80	Noturno	2022*	Portaria SERES/MEC nº 1134 de 08/10/2021	S/C
Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico/2 anos	80	Noturno	2022*	Portaria SERES/MEC nº 1134 de 08/10/2021	S/C

***Previsão de início de oferta do curso.**

4.2 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programa de Abertura de Novos Cursos de Graduação

Dentro do processo normal de desenvolvimento da Instituição, ao qual se acrescentam os novos objetivos institucionais decorrentes do nível de consolidação atingido pelo curso de Direito, que logra uma posição de referência na região, a Faculdade de Direito de Itu propõe-se a abrir, no período de vigência do presente PDI, os cursos de graduação apresentados nos Quadros a seguir:

Quadro 04 – Relação dos cursos de graduação (bacharelados, e licenciaturas) e tecnológicos a serem oferecidos pela Faculdade de Direito de Itu

Curso/Modalidade	Graduação o/ Duração	Nº vagas	Nº turmas	Turno	Previsão
Pedagogia (Presencial)	Licenciatura/ 3 anos	100	2	Matutino	2023
Pedagogia (EAD)	Licenciatura/ 3 anos	400			2023
Administração (EAD)	Bacharelado/ 4 anos	400			2023
Ciências Contábeis (EAD)	Bacharelado/4 anos	400			2023

4.3 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu - Cursos de Pós-Graduação Oferecidos

A oferta atual de cursos de pós-graduação na Instituição é apresentada no quadro que se segue.

Quadro 5 – Relação dos cursos de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) oferecidos pela Faculdade de Direito de Itu.

Curso	Modalidade	Nº vagas/turma	Turno	Previsão de início
Direito Tributário	Especialização	50	Noturno	
Direito Processual Civil	Especialização	50	Noturno	
Direito Ambiental	Especialização	50	Noturno	
Direito e Processo do Trabalho	Especialização	50	Noturno	
Direito Penal	Especialização	50	Noturno	
Direito Processual Penal	Especialização	50	Noturno	
Direito Público e do Estado	Especialização	50	Noturno	
Direito Empresarial	Especialização	50	Noturno	
Direito Imobiliário	Especialização	50	Noturno	

4.4 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programa de Abertura de Novos Cursos de Pós-Graduação

No sentido de dar cumprimento à sua política de educação continuada, a FADITU pretende ampliar a oferta de cursos de especialização, tendo sempre como princípio as necessidades de formação da região, com vistas ao seu desenvolvimento. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* previstos para serem implantados no período de 2022 a 2026, encontram-se relacionados nos quadros a seguir.

Quadro 6 – Relação dos cursos de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) presenciais a serem implantados na Faculdade de Direito de Itu

Curso	Modalidade	Nº vagas/ turma	Turno	Previsão de início
Direito Societário	Especialização	50	Noturno	2022
Direito Previdenciário	MBA	50	Noturno	2022
Gestão e Direito do Meio Ambiente	MBA	50	Noturno	2022
Gestão da Educação Superior	MBA	50	Noturno	2022
Direito Civil	Especialização	50	Noturno	2022
Direito Municipal	Especialização	50	Noturno	2022
Direito Educacional	Especialização	50	Noturno	2022
Gestão de Educação Básica	Especialização	50	Noturno	2022
Docência da Educação Superior	Especialização	50	Noturno	2022
Direito Médico	Especialização	50	Noturno	2022
Direitos Difusos e Coletivos	Especialização	50	Noturno	2022
Direito Agrário	Especialização	50	Noturno	2022
Direito Militar	Especialização	50	Noturno	2022

4.5 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu – Programas e Atividades de Extensão

Na medida em que a Instituição considera a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável, viabilizando a sua relação transformadora com a sociedade, as atividades de extensão atualmente realizadas na FADITU são apresentadas a seguir.

- **Semana Jurídica:** Em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil a FADITU realiza anualmente a *Semana Jurídica*, com a apresentação palestras e debates sobre tema relacionados ao cotidiano do profissional do Direito, bem como de interesse da comunidade em que a IES está inserida;
- **FADITU vai à escola:** A FADITU também mantém projeto ligado à difusão das carreiras ligadas aos cursos oferecidos pela faculdade, com a promoção de

palestras realizadas por universitários e docentes junto a escolas públicas e privadas do ensino médio, cujo conteúdo objetiva esclarecimento aos alunos sobre as tradicionais e mais novas profissões ligadas ao direito.

- **CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania**, implantado no campus da FADITU em 2012, em parceria com o Tribunal de Justiça, realiza atendimento à população de Itu, visando solucionar os litígios de forma conciliatória, com a participação de estudantes, servidores públicos do judiciário e pessoas da comunidade no desenvolvimento dessas atividades, todos devidamente capacitados através de curso telepresencial realizado entre a na instituição em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo.
- **Projeto “Preservação do Berço da República”**: Objetiva a pesquisa de legislação de proteção patrimonial e a elaboração de um manual para orientar os proprietários de imóveis tombados como patrimônio histórico cultural no município Estância Turística de Itu quanto aos direitos e deveres de uso e manutenção do bem.

4.6 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programas de Extensão a serem Oferecidos

A FADITU atuará dentro das mesmas diretrizes institucionais para a extensão, de modo que buscará fortalecê-la por meio da ampliação dos programas, como apresentado a seguir.

Quadro 7 – Novos projetos de extensão a serem oferecidos

Projeto	Descritivo	Previsão de início
Projeto Integrador de Extensão	Elaboração e desenvolvimento de projeto temático (definido conjuntamente pelos cursos de graduação) que explora as competências acadêmicas, com foco nas habilidades necessárias para a atuação profissional,	2022

	interagindo com a comunidade local.	
Projeto de atualização do Manual do Morador ou Vizinho do Bem Tombado de Itu	A partir do Projeto “Preservação do Berço da República”, o que culminou com a elaboração do “Manual do Morador ou Vizinho do Bem Tombado de Itu”, retomar a pesquisa, de modo a atualizar a legislação e proceder uma campanha junto á comunidade local	2023
Projeto Cartilha do Idoso	A partir da interação com grupos associativos de aposentados e idosos, realizar a pesquisa a respeito da defesa dos interesses dos idosos, formular uma “Cartilha”, com linguagem adequada a todos os públicos, que possa prestar orientação quanto à defesa dos direitos	2023
Imposto de Renda Cidadão	Desenvolvimento de ações de atendimento à população no esclarecimento e preenchimento da Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoas Físicas	2023
Contabilidade Doméstica do dia a dia	Desenvolvimento de ações de pesquisa acerca dos hábitos de planejamento econômico familiar para elaboração de cartilha, visando orientar a população como melhor gerir suas finanças pessoais	2023
Educação Financeira	Desenvolvimento de ações em	2023

	parceria com instituições financeiras que possibilitem a realização de eventos e ações de conscientização dos cidadãos locais acerca do planejamento financeiro.	
Cartilha do Consumidor	Desenvolvimento de pesquisa que vise a elaboração de uma “Cartilha”, com uma linguagem acessível, que oriente o cidadão local quanto aos seus direitos como consumidor	2023
Projeto Defesa dos Direitos à Inclusão	A partir da interação do público acadêmico (docentes e alunos) com associações de defesa dos direitos de deficientes, proceder uma pesquisa sobre a legislação e sua aplicação a esse público, de modo que resulte na elaboração de um Manual de Direito à Inclusão	2022
Campus Ecológico da FADITU	Retomada de projeto de consciência da comunidade acadêmica acerca de ações cotidianas de preservação ambiental	2022

Cursos de extensão - estão previstos no PDI para implantação diversos cursos, no entanto, em virtude de demandas específicas a instituição poderá acrescentar outros cursos à relação apresentada no Quadro a seguir:

Quadro 8 – Cursos de extensão a serem oferecidos pela Instituição

Curso	Previsão de início
RESPONSABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA	2023

METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	2023
PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA AMÉRICA DO SUL	2023
GESTÃO DE PEQUENAS E MICRO EMPRESAS	2023
REFORMA POLÍTICA	2023
MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS	2023
TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ESCRAVO	2023
ADOÇÃO HOMOAfetiva E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR	2023

4.7 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu – Programas de Responsabilidade Social Oferecidos

Com vistas a assegurar a relação ética e transparente da FADITU com todos os públicos com os quais ela se relaciona e cumprir as metas institucionais compatíveis com o desenvolvimento da sociedade, a Instituição desenvolve, de modo contínuo, o seguinte projeto de responsabilidade social.

- **CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania**, implantado no campus da FADITU em 2012, em parceria com o Tribunal de Justiça, realiza atendimento à população de Itu, visando solucionar os litígios de forma conciliatória, com a participação de estudantes, servidores públicos do judiciário e pessoas da comunidade no desenvolvimento dessas atividades, todos devidamente capacitados através de curso telepresencial realizado entre a na instituição em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo.
- **Trote Solidário**: A Faculdade mantém um programa denominado “Trote Solidário”, cuja finalidade é situar os ingressantes nas atividades acadêmicas, fazendo com que se sintam acolhidos pela Instituição e, ao mesmo tempo, participando de atividades de responsabilidade social relacionadas à visitas instituições de abrigo de idosos e crianças desamparados, bem como coleta de alimentos para doação.

4.8 Desenvolvimento da Faculdade de Direito de Itu - Programas de Responsabilidade Social a serem Oferecidos

Os programas de Responsabilidade Social serão ampliados, ao tempo em que novos projetos serão desenvolvidos para reforçar a vocação da Faculdade de Direito de Itu de forte interação com a região onde se insere.

Entre essas ações, destacamos:

- Ação-cidadania para atendimento à população na oferta de serviço de preenchimento do formulário eletrônico de Declaração de Imposto de Renda de Pessoas Físicas (2023);
- Mutirão para orientação sobre as principais mudanças decorrentes de (possíveis) reformas previdenciárias, analisando os casos e traçando perspectivas de aposentadoria no caso concreto.

4.9 Funcionamento e Consolidação da Faculdade de Direito de Itu - Atividades de Pesquisa Desenvolvidas -

O Programa de Pesquisa da FADITU teve início em 2012, com o lançamento do primeiro Edital de Iniciação Científica, onde foram contemplados 02 projetos de pesquisas com bolsas para os alunos. A Instituição preocupada com a manutenção deste programa de bolsas, define anualmente em seu planejamento orçamentário, uma verba para a manutenção e disponibilização de novas bolsas.

Atualmente a instituição possui projetos de pesquisa que contemplam as seguintes áreas: Direito e Sociedade na Contemporaneidade e Direito e Gestão de Municípios.

Diante do aumento do número de mestres e doutores ao longo tempo, tem-se como perspectiva a expansão das linhas e projetos de pesquisa, na medida que outros cursos de graduação forem se consolidando na instituição, de modo a privilegiar a interdisciplinaridade de temas que agreguem alunos de dois ou mais cursos.

4.10 Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial.

Nos termos da legislação em vigor, a FADITU desenvolve a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena de forma transversal nas disciplinas ofertadas em todos os cursos da faculdade, conforme previsão nos respectivos Projetos Pedagógicos, assim como conteúdos relacionados às políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a igualdade das minorias sociais.

O tema relacionado aos Direitos Humanos, da mesma forma, está contemplado em disciplinas específicas dos cursos, como também integrada de modo transversal e permanente nos demais componentes curriculares do curso.

Como forma de sedimentar uma política de privilegie ações afirmativas, a faculdade pretende realizar, a partir de 2022/2023, seminários e audiências públicas que contemplem a temática, dialogando com a comunidade local, visando maior consciência das pessoas sobre a temática.

5. RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

5.1 Corpo Docente

O Corpo Docente da FADITU é um dos insumos mais importantes no processo de formação dos alunos. Os professores são mediadores do processo de aprendizagem dos alunos conduzindo-os no percurso de apropriação dos conhecimentos, assim como no desenvolvimento das competências por meio da mobilização, integração, contextualização e aplicação desses conhecimentos. Em decorrência, o corpo docente é um aspecto que continuará a ser priorizado pela Faculdade de Direito de Itu no que tange às características do seu perfil, assim como às políticas de estímulo ao desenvolvimento do perfil e do desempenho docente.

5.1.1 Perfil do Corpo Docente

O perfil atual do quadro de docentes quanto à titulação da Instituição é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 9 - Perfil do corpo docente quanto à titulação

Titulação	Número de docentes	%
Doutor	8	19,05
Mestre	24	57,14
Especialista	10	23,81
TOTAL	42	100

O quadro seguinte apresenta a composição atual do corpo docente quanto ao regime de trabalho.

Quadro 10 - Perfil atual do corpo docente quanto ao regime de trabalho

Titulação	Número de docentes	%
Tempo integral	5	11,90
Tempo parcial	1	2,38
Horista	36	85,72
TOTAL	42	100

5.1.2 Critérios de Seleção e Contratação

O professor será admitido mediante a realização de processo seletivo, cuja realização será definida pela Diretoria Acadêmica e operacionalizada por ela em conjunto com as Coordenadorias de Cursos, com apoio da área de Recursos Humanos, sempre que houver vaga.

Os critérios para seleção e contratação do professor são baseados, precipuamente:

- I. na avaliação do curriculum vitae, sobretudo quanto à experiência didática, titulação e produção científica;
 - II. na capacidade técnico-profissional;
 - III. na aceitação da vocação e da filosofia de magistério da OSAC;
 - IV. na comprovação documental das informações constantes do “curriculum vitae”, se e quando solicitada.
-

Além dos critérios acima identificados, o processo seletivo compreende, também, provas escritas, práticas de postura e didática, como igualmente de títulos, elaboradas as primeiras pela Diretoria Acadêmica, em conjunto com as Coordenadorias de Cursos.

5.1.3 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

A Faculdade de Direito de Itu conta com políticas que visam o aperfeiçoamento contínuo do seu corpo docente.

5.1.3.1 Plano de Carreira

A FACULDADE DE DIREITO DE ITU possui Plano de Carreira Docente prevê incentivos para o aperfeiçoamento e capacitação de seus professores, bem como a promoção e a progressão na carreira, cujos critérios englobam o merecimento e tempo na função, como ainda titulação, sendo que o primeiro ficará sempre sujeito ao processo de avaliação, no que concerne ao professor com mais de ano de casa, a cada dois anos.

Em relação ao aperfeiçoamento e capacitação, de acordo com seu programa de orçamento, o Quadro de Carreira Docente da FADITU prevê incentivos mediante:

- I. oferta de cursos de pós-graduação – “stricto e lato sensu”, programas de educação continuada, seminários, congressos e eventos de caráter cultural e científico;
- II. auxílio financeiro para a participação em cursos de pós-graduação, bem como em congressos, seminários e eventos para estudos e pesquisas de caráter relevante.

O professor interessado deverá formalizar requerimento específico à Direção da entidade mantenedora (OSAC), fundamentando o pedido, que após análise poderá ser deferido ou indeferido discricionariamente.

Nos termos do Quadro de Carreira Docente, assim se enquadram os professores da FADITU:

- I. Professor Efetivo: aquele que, contratado por tempo determinado ou indeterminado para ministrar aulas e realizar as demais tarefas que compõem a docência, como também aquele que obtiver bolsa para a realização de pesquisa ou atuação em área de extensão universitária.
-

- II. Professor Colaborador: aquele que é contratado apenas por tempo determinado, para atender a necessidades transitórias da docência, pesquisa ou extensão, sempre enquadrado na faixa inicial do respectivo quartil do QCD (Quadro de Carreira de Docente), sem possibilidade de promoção por merecimento ou antiguidade, enquanto se mantiver nessa categoria.
- III. Professor Honorário: aquele que é convidado pela instituição, em face de seu notório saber técnico e científico, ou que seja recebido em face de convênio ou acordo com outras instituições, nacionais e internacionais, congêneres ou não, para abrilhantar desde as atividades docentes até as de realização de pesquisas e de extensão universitária, não compondo o quadro de carreira.
- IV. Professor Associado: aquele que por iniciativa e meios próprios, ofereça à OSAC projetos destinados ao aprimoramento técnico cultural do corpo docente da instituição e, por conseguinte, da melhoria constante do ensino nela prestado, igualmente não compondo o quadro de carreira.

Os professores do Quadro DE Carreira Docente (QCD) da Instituição cingem-se, portanto, ao **professor efetivo** e ao **professor colaborador** e enquadram-se nas seguintes classes:

Classe I - Docente de Ensino Superior – Monitor (DESMN)

Classe II - Docente de Ensino Superior Especialista (DESE)

Classe III - Docente de Ensino Superior Mestre (DESM)

Classe IV - Docente de Ensino Superior Doutor (DESD).

Entende-se por classe, para o fim deste QCD, o nível de aperfeiçoamento profissional que o docente alcançar ou for possuidor e seu respectivo enquadramento nas quatro graduações existentes na instituição referidas anteriormente.

As definições e requisitos de cada classe acham-se previstos no capítulo III do Quadro de Carreira Docente da instituição.

Independente do enquadramento, a contratação de docentes pelo regime integral e parcial obedecerá os critérios vigentes, segundo orientação do Ministério da Educação, reservando-se obrigatoriamente tempo de atividade em sala de aula e tempo de atividade em outras funções acadêmico-pedagógicas na instituição.

Quanto aos procedimentos para substituição eventual dos professores, a faculdade adotará como critério as avaliações dos cursos, relatório da orientadora

Pedagógica e decisão do Coordenador de Curso, a qual deverá ser homologada pelo Diretor.

5.1.3.2 Plano Institucional de Capacitação

O objetivo primordial do Plano Institucional de Capacitação da Organização Sorocabana de Assistência e Cultura – OSAC, entidade mantenedora da Faculdade de Direito de Itu, é promover o atendimento de seu Corpo Docente, como também o Corpo Técnico-Administrativo, em suas necessidades de formação, aperfeiçoamento, capacitação profissional e incentivo a eventos Científicos.

O Plano tem a finalidade de estimular os docentes e corpo técnico-administrativo vinculados à Organização Sorocabana de Assistência e Cultura – OSAC a participarem de cursos de pós-graduação; fornecer auxílio financeiro aos docentes através de ajuda de custo para participação em eventos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais; para realização de cursos de vários níveis e de custeio para treinamentos específicos para os docentes dos cursos mantidos pela OSAC, bem como promover a atualização, treinamento e qualificação do corpo Técnico-Administrativo.

5.1.3.3 Expansão do Corpo Docente

Para o período de vigência deste PDI, a Faculdade de Direito de Itu planeja o desenvolvimento do seu quadro docente. O quadro na sequência apresenta o perfil de titulação docente projetado para a Instituição no período de 2022 a 2026.

Quadro 11 – Previsão de evolução do perfil do corpo docente quanto à titulação na Faculdade de Direito de Itu –

Titulação	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV		Ano V	
	2022		2023		2024		2025		2026	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutor	8	19,05	9	30,0	10	25,0	15	29,4	15	27,3
Mestre	24	57,14	18	60,0	25	62,5	30	58,8	34	61,8
Especialista	10	23,81	3	10,0	5	12,5	6	11,8	6	10,9
TOTAL	42	100	30	100,0	40	100	51	100	55	100

A expansão do quadro docente quanto à titulação reflete uma preocupação da instituição em relação aos novos cursos aprovados a serem implantados. A expectativa da FADITU é que a crescente contratação de novos docentes aliada ao incentivo à

qualificação acadêmica contribua para o aumento de percentual de professores com maior titulação.

Em relação à dedicação docente à Faculdade de Direito de Itu, é importante salientar que a implantação de novos cursos de graduação exigirá da instituição a abertura de novos postos de trabalho especializado na área acadêmica. Nesse sentido, concatenada aos objetivos e metas estabelecidas neste PDI, a FADITU privilegiará a crescente participação docente em outras áreas de trabalho na IES – acadêmico-pedagógicas – que contribuam para o aumento de professores com maior dedicação.

Assim, deseja que ao final do período de vigência do presente PDI, alcance o seguinte perfil de dedicação docente.

Quadro 12 – Previsão de evolução do perfil do corpo docente quanto ao regime de trabalho na Faculdade de Direito de Itu.

Dedicação	Ano I 2022		Ano II 2023		Ano III 2024		Ano IV 2025		Ano V 2026	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Integral	05	11,90%	02	7%	02	7%	7	14%	7	13%
Parcial	01	2,38%	04	13%	04	13%	10	20%	10	18%
Horista	36	85,72%	24	80%	24	80%	34	66%	38	69%
TOTAL	42	100	30	100	30	100%	51	100%	55	100%

5.2 Corpo Técnico-Administrativo

A FADITU possui um Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo, o qual prevê como condição para ocupação do cargo a afinidade para com as atividades a serem desenvolvidas, demonstradas pela experiência anterior na função e/ ou qualificação técnica demonstrada através de certificação técnica ou acadêmica em instituição reconhecida pelos órgãos competentes.

A qualificação do corpo Técnico-administrativo ocorre em serviço, com o oferecimento por parte da IES de cursos de qualificação nas áreas de atuação; e oferecimento auxílios financeiros para participação em cursos técnicos ou acadêmicos, observadas a necessidade orçamentária da Faculdade, em conformidade com o Plano Institucional de Capacitação de Recursos Humanos.

Atualmente a Faculdade de Direito de Itu conta com quadro de funcionários que atuam em funções administrativas, atuando em cargos gerenciais, quanto Técnico-administrativos, conforme quadro de cargos e quantitativo de funcionários da faculdade abaixo:

Quadro 13 – Perfil do corpo técnico-administrativo da FADITU- 2022

Função	Quantidade
CARGOS GERENCIAIS	
Diretor Acadêmico	01
Coordenadores de Cursos	04
Diretor Administrativo e Financeiro	01
Secretário Geral	01
Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica	01
Coordenador do Núcleo de Estágios e Prática Profissional	01
Bibliotecária Chefe	01
Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação	01
Recursos Humanos	01
CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	
Assistentes Administrativos	04
Assistente de Biblioteca	02
Secretária Executiva	01
Recepcionista	01
TOTAL	20

Quadro 14 – Previsão de expansão do corpo técnico-administrativo

Função	Quantidade				
	2022	2023	2024	2025	2026

Diretor Acadêmico	1	1	1	1	1
Coordenador Acadêmico	4	4	5	6	7
Diretor Administrativo e Financeiro	1	1	1	1	1
Secretário Geral	1	1	1	1	1
Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica	1	1	1	1	1
Coordenador do Núcleo de Estágio e Práticas Profissionais	1	1	1	1	1
Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação	1	1	1	1	1
Bibliotecária Chefe	1	1	1	1	1
Recursos Humanos	1	1	1	1	1
Assistente Administrativo	4	10	11	12	16
Assistente de Biblioteca	2	2	2	3	4
Secretária Executiva	1	1	1	1	1
Recepcionista	1	2	2	2	2

6. PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

6.1 Objetivos e Metas específicos para o Planejamento e Gestão Institucional

Os investimentos dirigidos às atividades de Planejamento e Gestão Institucional devem-se à necessidade, por parte das lideranças acadêmicas, da pronta disponibilização de resultados de quaisquer estudos exploratórios e conclusivos que possibilitem:

- formalizar e atualizar, quando necessário, o conceito da Faculdade de Direito de Itu;
 - direcionar fundamentadamente reflexões e ações institucionais;
 - formar equipes competentes para conceber e concretizar os projetos educacionais da Faculdade de Direito de Itu;
-

- identificar as áreas de conhecimento mais importantes para a região, garantindo assim relevância mais imediata às áreas de interesse e de atuação definidas pela Faculdade de Direito de Itu;
- conceber produtos escolares derivados das atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pela Faculdade de Direito de Itu;
- utilizar eficientemente os resultados das avaliações institucionais para embasar e impulsionar ações que evidenciem o comprometimento da Faculdade de Direito de Itu com seu contínuo aperfeiçoamento; e
- formular e atualizar estatutos e regulamentos que normalizem as ações da comunidade interna na direção esperada.

6.2 Organização Acadêmica e Administrativa

A organização acadêmico-administrativa da Faculdade de Direito de Itu está estruturada de forma a proporcionar aos professores, estudantes e membros da comunidade qualidade e presteza em seus serviços. Para tanto, a Faculdade de Direito de Itu dispõe de órgãos administrativos e de apoio constituídos por profissionais aptos a lidar com as variadas questões suscitadas pelas atividades promovidas.

A estrutura organizacional da IES caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas.

Os órgãos de deliberação e de execução são concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação, exige menor controle burocrático, facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento dos corpos docente e discente e técnico-administrativo.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com a participação dos diferentes segmentos que constituem a comunidade acadêmica, possibilitando aos setores autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

A Administração Superior consta de instâncias executivas e de caráter consultivo, normativo e deliberativo. São elas:

A. Instâncias de caráter executivo

- a) Diretoria Acadêmica
-

- b) Coordenadorias de Curso

B. Instâncias de caráter consultivo, normativo e deliberativo

- a) Conselho de Administração - CONSAD
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE
- c) Colegiado de Curso

C. Instância consultiva

- a) Núcleo Docente Estruturante - NDE

Além destas instâncias tem-se os **Órgãos Suplementares**, a saber:

- a) Secretaria Acadêmica
- b) Biblioteca
- c) Núcleo de Apoio Psicopedagógico
- d) Núcleo de Prática Jurídica
- e) Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação
- f) Núcleo de Estágio e Práticas Profissionais
- g) Ouvidoria

As atribuições das várias instâncias estão descritas no Regimento Institucional da Faculdade de Direito de Itu.

7. CORPO DISCENTE

7.1 Formas de Acesso

A FADITU promove o ingresso de candidatos aos Cursos de Graduação, aberto a pessoas que tenham escolarização completa do ensino médio ou equivalente, mediante Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação vigente, com o objetivo de classificar os candidatos, no limite das vagas fixadas para os cursos, sem ultrapassar os conhecimentos exigidos pelo ensino médio.

Também a faculdade realiza ingresso de novos alunos por meio de procedimento de transferência de outras instituições de educação superior.

O Processo Seletivo da FADITU para egressos do ensino médio prevê como forma de ingresso a realização de exames de provas, disciplinado pelo Edital do processo, abrangendo a aplicação de provas de conhecimentos do núcleo comum obrigatório do ensino médio e utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

A classificação é processada pela ordem decrescente dos resultados obtidos na pontuação final dos candidatos. Se algum dos cursos oferecidos não apresenta, em 1ª opção, o número de candidatos suficientes para o preenchimento da totalidade das vagas oferecidas, as remanescentes são preenchidas por candidatos que indicam esse curso como 2ª opção e que não tenham a sua primeira escolha atendida, observando-se rigorosamente a ordem de classificação.

A relação dos candidatos classificados dentro do limite de vagas, é divulgada na Instituição – quadro de avisos – e pela internet – www.faditu.com.br

No caso de ingresso por transferência de outras instituições de educação superior instituições, é realizada a análise curricular, com a averiguação da compatibilidade de carga horária e aprovação nas disciplinas cursadas na faculdade de origem e adequação à matriz curricular ao curso da FADITU.

7.2 Admissão e Matrícula

No ato da matrícula, os candidatos classificados deverão apresentar toda a documentação exigida, inclusive Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio (antigo 2o grau) original e fotocópias, devidamente formalizados, ficando certos de que a não apresentação da prova de escolaridade acima referida tornará nula, para todos os efeitos, a classificação do candidato, perdendo o direito à vaga.

A solicitação de matrícula do aluno ingressante, deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) CPF (uma fotocópia autenticada);
 - b) Cópia autenticada do comprovante de votação, relativo às duas últimas eleições realizadas ou do Certificado de Quitação Eleitoral, para brasileiros com idade igual ou superior a 18 anos;
 - c) Histórico do Ensino Médio ou equivalente, devidamente chancelado pela Secretaria de Estado de Educação (original e duas fotocópias autenticadas);
-

- d) Certificado do Ensino Médio ou equivalente (original e duas fotocópias autenticadas);
- e) Certidão de nascimento ou casamento (uma fotocópia autenticada);
- f) Uma fotografia 3x4 (datada), com menos de um ano, nome completo do candidato e curso para o qual foi classificado, escrito no verso, em letra de forma;

Obs.: Caso o candidato seja menor de 18 (dezoito) anos, apresentar também uma fotocópia autenticada do CPF do pai ou responsável;

- g) Documento de Alistamento Militar (para candidato do sexo masculino, uma fotocópia autenticada);
- h) Cédula de Identidade (uma fotocópia autenticada);

Obs.: Para matrícula realizada por procuração, o procurador deverá apresentar uma fotocópia autenticada da sua Cédula de Identidade, juntamente com uma fotocópia autenticada da Cédula de Identidade do outorgante e também do aluno;

Comprovante de residência do candidato classificado, no Estado de Alagoas, cujo endereço deverá constar no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais (uma fotocópia).

O regime de matrícula é de periodização semestral ou conforme a organização curricular do curso.

7.3 Estímulos à Permanência

7.3.1 Programa de Apoio Psicopedagógico

Visando atender as necessidades inerentes ao ingresso na vida acadêmica, a Instituição disponibiliza ao seu alunado e corpo docente **Apoio Psicopedagógico** dirigido por profissional com formação em psicopedagogia para atendimento a toda comunidade acadêmica – discentes, docentes e técnico-administrativos.

O atendimento ao estudante é realizado de forma individual e destinado àqueles que possuem algum problema de ordem pedagógica ou acadêmica, que esteja interferindo no seu processo de aprendizagem, desempenho acadêmico, relacionamento interpessoal.

Há também o atendimento ao corpo docente da Instituição a fim de fornecer aos professores ferramentas que propiciem uma melhoria de sua prática pedagógica, metodológica e didática levando assim a um aprendizado melhor do aluno.

7.3.2 Mecanismos de Apoio ao Financiamento de Estudos

Em relação ao apoio financeiro necessário à permanência do estudante, a Instituição possui uma política de bolsas de estudo que abrange vários segmentos:

- Prouni – Programa Universidade para Todos – com a oferta de bolsas integrais e parciais;
- FIES – Programa de Financiamento Estudantil em parceria com o Governo Federal, mediado pela instituição bancária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S/A;
- Convênio com empresas mediante concessão de descontos nas mensalidades: bolsas de estudo parciais;
- Programa Monitoria – Concessão de bolsas de estudo com percentual de desconto na mensalidade escolar a alunos que realizam atividades de auxílio acadêmico junto à Biblioteca e atividades sob a supervisão de docentes e funcionários.

7.3.3 Apoio Acadêmico

- **Política de Monitoria** tem por objetivo estimular a vocação didático-pedagógica e científica inerente à sua atuação, assim como possibilitar, ao discente, a vivência de experiências acadêmicas fundamentais para a sua formação. A seleção para a monitoria é feita através de edital próprio todo início de semestre;
 - **Programa de Bolsas de Iniciação Científica** tem por objetivo estimular o aluno para a pesquisa, criando no mesmo um censo crítico que irá permitir-lhe um olhar diferenciado sobre os problemas da sociedade. Anualmente são lançados editais de bolsa de iniciação científica, com duração de 12 meses, onde o aluno, juntamente com o seu orientador, irão realizar pesquisas em áreas de interesse;
-

- **Programa de Formação Complementar e de Equalização Discente:** tem por objetivo promover a integração e a generalização dos conhecimentos e saberes por meio de disciplinas pertencentes aos cursos ofertados pela Instituição. O programa acontece através oferta de disciplinas especiais visando suprir as necessidades em áreas básicas como matemática, língua portuguesa, informática entre outras;
- **Política de Estágio** visa atender as demandas referentes aos estágio obrigatórios e não-obrigatórios que contribuem de modo significativo para a formação acadêmica de nosso alunado. Os alunos em estágio obrigatório são acompanhados por supervisores que orientam a execução adequada de cada procedimento experimental, evitando-se assim erros durante os estágios. Quanto aos estágios remunerados, a Instituição disponibiliza uma central de estágio responsável pela parte legal e supervisão dos estagiários e campos de estágio, visando assim o cumprimento das leis que regem este tipo de estágio;

7.4 Organização Estudantil

O corpo discente possui um órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por Estatuto próprio, em fase de elaboração. A representação estudantil tem por objetivo promover a cooperação da comunidade e o aprimoramento da FADITU.

Ao Diretório Acadêmico compete indicar os representantes discentes, com direito à voz e voto, junto aos órgãos colegiados da Faculdade.

7.5 Acompanhamento dos Egressos

O Programa de Acompanhamento de Egressos, visa construir um banco de dados dos egressos da Instituição com objetivos dentre os quais destacam-se:

- dispor de dados relativos à inserção dos egressos no mercado de trabalho de forma a subsidiar o redimensionamento de ações acadêmicas e institucionais em cada curso e na própria Instituição;
 - possibilitar a análise/avaliação do perfil profissional proposto por cada curso da Instituição e o seu redimensionamento, em conformidade com as demandas identificadas no campo da atuação profissional;
-

- estabelecer um relacionamento que possibilite a criação de cursos de extensão, pós-graduação visando atender a este público, bem como permitindo que esses tenham acesso aos eventos acadêmicos institucionais visando assim sua atualização contínua
- promover encontro de egressos para intercâmbio de informações sobre a formação oferecida pela Instituição.

Como forma de complementar esse acompanhamento, a faculdade estimulará a criação de uma associação de ex-alunos, para que possa estreitar as relações e manter contato constante com esse público, oferecendo cursos, palestras e a oportunidade de transmitir sua experiência como ex-faditu aos atuais alunos.

8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional, quando aplicada à IES, é um processo de acompanhamento e controle do ensino superior, dentro de uma abordagem construtiva e dialógica. A avaliação deve ter sempre por princípio a melhoria contínua dos processos acadêmicos visando impulsionar a instituição no seu percurso de crescimento e/ou consolidação. Neste contexto, a avaliação institucional é uma excelente ferramenta de diagnóstico e de correção de rumos.

A avaliação e a qualidade estão atreladas de forma indissociável, dentro de uma ótica construtiva. Para que haja uma atenção sistemática, estruturada e contínua à qualidade, em termos de conservá-la e desenvolvê-la, é necessário que haja uma atividade estruturada que conduza ao julgamento da qualidade dos processos acadêmicos e de gestão da IES.

A avaliação é um processo predominantemente qualitativo, embora quantitativo na medida em que utiliza dados quantitativos. Todavia, ela não pode basear-se somente na mensuração de resultados e de aspectos quantitativos tais como titulação e regime de trabalho dos docentes, relação aluno/docente, índices de evasão escolar, relação m²/aluno nas salas e laboratórios, entre outros, sob pena de ser levada a um modelo excessivamente instrumentalista e cartesiano, que corre o risco de privilegiar o produto em detrimento do processo. Torna-se necessário contemplar os processos e considerar o contexto em que os processos se desdobram.

O processo de avaliação deve estar alinhado com as definições institucionais, de modo que seu projeto deve estar amparado em critérios de qualidade que assegurem

um fazer acadêmico coerente com os princípios filosóficos que norteiam a concepção de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

A avaliação institucional visa identificar a eficiência de execução dos propósitos institucionais, refletidos na missão, vocação e objetivos institucionais. De uma forma extremamente articulada, o Projeto Pedagógico Institucional, PPI, deve conter as políticas e programas institucionais para cumprir tais propósitos no que tange aos aspectos acadêmicos de ensino, de pesquisa e de extensão e que integra o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI. Este traz o planejamento institucional com o estabelecimento de objetivos, metas e ações para cumprir o PPI. Neste contexto, a articulação entre o planejamento e a avaliação tem um papel muito importante, especialmente no que tange aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Além da qualidade do próprio Projeto Pedagógico e do seu processo de execução, devem ser analisados: o porte da organização institucional e da engrenagem administrativa que disciplinam as ofertas das atividades inerentes ao PPI e fornecem meios para o desenvolvimento das mesmas, o corpo social que as executam (docentes e técnico-administrativos) ou que incorporam os resultados da sua execução (discentes e egressos) e a infra-estrutura física e logística que dá suporte ao desenvolvimento de tais atividades.

Assim, a Avaliação Institucional possibilita:

- (1) Avaliar a factibilidade das projeções do planejamento institucional com base nas ações praticadas anteriormente;
- (2) Executar mudanças imediatas de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade;
- (3) Planejar e executar as mudanças e fazer o acompanhamento das mesmas para a sua melhoria visando atingir uma determinada situação futura desejada.

O processo de Avaliação Institucional consiste de:

- Autoavaliação;
- Avaliação Externa.

A autoavaliação é o momento onde a própria instituição volta-se para o levantamento da sua realidade, utilizando metodologias e instrumentos que possibilitem uma análise abrangente e profunda sobre a sua estrutura institucional. É uma avaliação de caráter eminentemente formativo. A autoavaliação utiliza como subsídio os

elementos colhidos da análise dos macros indicadores institucionais bem como das avaliações de caráter mais específico, a exemplo da avaliação do processo do ensino e da aprendizagem.

A avaliação externa é o momento de agregar o olhar externo ao processo interno. Pode ser praticada por especialista externo convidado pela instituição para tal função e/ou pelo poder público por meio das suas ações de regulação e supervisão do sistema de ensino.

Dentro de um processo de avaliação é extremamente importante considerar também os aspectos relativos à sustentabilidade financeira, tendo em vista a continuidade e o impacto social da oferta da educação superior.

8.1. O Processo de Autoavaliação Institucional

As etapas da instituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA e da elaboração do projeto de avaliação, fazem parte do planejamento do processo e, no caso da FADITU.

A organização envolve as seguintes etapas:

- Reunião com os dirigentes institucionais com o objetivo de obter apoio logístico para o desenvolvimento de todas as etapas do processo.
- Definição dos grupos de trabalho que auxiliarão a CPA na coleta das informações e dos dados.
- Estabelecimento de calendário contendo todas as etapas de aplicação do processo.

O desenvolvimento do processo prevê as seguintes etapas:

Etapas 1. Apresentação e divulgação, junto à comunidade acadêmica, do projeto de Avaliação Institucional;

Etapas 2. Sensibilização da comunidade acadêmica, visando o início das atividades de aplicação do projeto;

Etapas 3. Reunião ampliada de abertura com a participação de autoridades da instituição, para que nesta ocasião manifestem o apoio oficial à realização da avaliação institucional;

Etapas 4. Desenvolvimento das etapas do processo de avaliação de acordo com a metodologia apresentada neste projeto de avaliação;

Etapa 5. Discussão ampla, no âmbito da CPA, dos resultados obtidos visando à elaboração de um diagnóstico compartilhado e a proposição de ações de melhoria;

Etapa 6. Elaboração do informe final de autoavaliação institucional contendo a identificação das fragilidades, fortalezas e potencialidades identificadas e, como consequência, indicação da promoção e/ou modificação de políticas institucionais que demandarão programas, projetos e ações a serem empreendidos no aperfeiçoamento institucional;

Etapa 7. Divulgação dos resultados com a presença dos dirigentes que devem declarar o compromisso com as ações visando o desenvolvimento institucional. Nesta oportunidade, é preciso chegar a um perfil compartilhado de prioridades, ou seja, identificar as demandas que a IES deve prioritariamente atender e aquelas em que pode haver um atendimento em médio prazo. Os dirigentes institucionais só devem comprometer-se com as ações que a instituição tem meios para executar, dentro de prazos viáveis;

Salienta-se ainda que as informações levantadas pela Comissão Própria de Avaliação da Unidade devem ser suficientemente abrangentes, claras e fidedignas para permitir a elaboração de informes de avaliação que reflitam a realidade institucional, bem como a maturidade acadêmica. Somente desta forma, o diagnóstico pode ser preciso e orientar o planejamento e a execução das ações visando à consolidação institucional.

Em consonância com a legislação de regência, a Comissão Própria de Avaliação da FADITU organizou seu trabalho para que o processo de Autoavaliação se desenvolvesse trienalmente. Diferentemente do que já ocorreu nos anos anteriores, houve a necessidade de realização de um planejamento trienal da Autoavaliação Institucional na FADITU, de forma a contemplar nos dois primeiros anos a elaboração de um relatório parcial e, no final desse período, a apresentação de um relatório integral. Nesse contexto, a CPA teve sua função ampliada, de modo a também acompanhar as ações decorrentes da autoavaliação institucional.

A partir desse novo paradigma de Autoavaliação Institucional, a CPA reviu o planejamento, reorganizando o cronograma de ações da comissão para um período de três anos, estabelecendo um novo regulamento que melhor atendesse a essa nova sistemática.

Nesse aspecto, após discussões, o regulamento para a vigência do período trienal, com a postagem do relatório integral ao final desse ciclo, contemplou o seguinte cronograma:

Quadro 16 – Cronograma de realização de autoavaliação institucional na FADITU

ANO 1 -
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão 8) 8 - Planejamento e Avaliação Institucional. Eixo 3 - Políticas acadêmicas (dimensões 2, 4 e 9) 2 - Política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão. 4 - Comunicação com a sociedade. 9 - Política de atendimento a estudantes e egressos. Eixo 5 – Infraestrutura Física (dimensão 7) 7 - Infraestrutura física.
ANO 2 –
Eixo 4 – Políticas de Gestão (dimensões 5, 6 e 10). 5 - Políticas de pessoal, a carreira do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. 6 - Organização e gestão da instituição. 10 - Sustentabilidade Financeira.
ANO 3 -
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional (dimensões 1 e 3) 1 - Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional. 3 - Responsabilidades social da Instituição.

A elaboração desse cronograma de Autoavaliação teve como principal objetivo partir da elaboração de um planejamento de ações para a implantação do processo de avaliação interna da IES e a identificação do funcionamento da IES em face das políticas institucionais implantadas. Posteriormente, contrastar essas políticas com a forma de gestão e, ao final, contribuir para a construção de uma consciência que possa reavaliar todos os processos.

Esse processo seguramente colabora para a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional que reflita as aspirações de todos os integrantes dessa

comunidade, tomando-se por base a realidade vivenciada pela faculdade, segundo os vários olhares de seus partícipes.

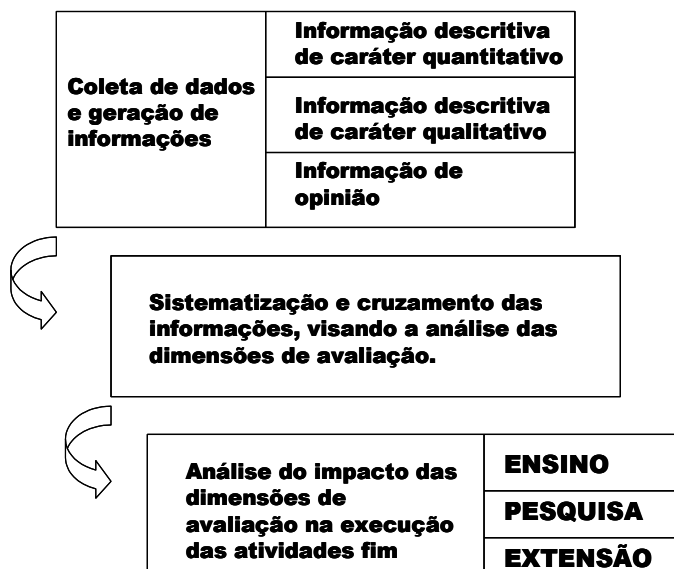


Figura 02 – Sequência de etapas da metodologia da avaliação institucional.

As orientações e procedimentos para o levantamento de dados de caráter qualitativo e quantitativo constam do Manual de Avaliação da CPA.

Com base na metodologia adotada, após a coleta das informações de caráter qualitativo, quantitativo e de opinião, verifica-se se no levantamento de informações todos os indicadores de qualidade foram contemplados, e na sequência a base de dados passa a ser utilizada para observar o cumprimento dos critérios de qualidade. Para tanto, foi construído um instrumento de dimensões, categorias, critérios e indicadores, que norteará a formulação dos juízos avaliativos.

A partir dos resultados obtidos, espera-se do processo de Autoavaliação Institucional:

- I. Articular o Planejamento com a Avaliação de modo a obter-se maior eficiência e eficácia institucionais
- II. Favorecer a busca da qualidade, por meio de debates, mediações e reflexões sobre os procedimentos acadêmicos e administrativos.
- III. Desenvolver programas de avaliação processual e permanente volvidos para a totalidade institucional, para demonstrar seu papel social, junto à comunidade, com o objetivo de diagnosticar e assinalar os limites e os potenciais da instituição.

- IV. Estimular e promover ações de autonomia acadêmica e intelectual que se caracterizam como capaz de promover mudanças institucionais pautadas em pressupostos éticos que consolidem a gestão democrática e participativa.
- V. Promover o envolvimento e participação da comunidade acadêmica e externa, para assim possibilitar adequações e mudanças de comportamentos e atitudes.
- VI. Pesquisar e analisar toda documentação institucional, identificando os aspectos positivos, e propondo a adequação necessária ao contexto.

9. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A sede da FADITU situa-se na Avenida Tiradentes nº 1817, Parque Industrial, município e comarca de Itu – Estado de São Paulo, numa área total de 20.000 m² em que são distribuídos cinco blocos de prédios denominados:

- Prédio “A” – abrange secretaria acadêmica, tesouraria, biblioteca (dividida em dois pisos), salas administrativas, banheiros, sala dos professores, Coordenação do Curso, copa/cozinha, um auditório, um anfiteatro, laboratório de informática, e área de convivência coberta, centro de Memória Michel Temer;
 - Prédio “B” – constituído de um prédio em três andares (térreo, primeiro e segundo) abrangendo o Núcleo de Prática Jurídica, Escritório de Prática Jurídica, CEJUSC, Sala de Professores Parcial e Integral, Sala de atendimento, salas de aula, sala CPA, Estúdio, sala do NEAD/Equipe Multidisciplinar, atendimento psicopedagógico, Departamento de Tecnologia de Informação, banheiros, contendo área de espera no saguão térreo;
 - Prédio “C” – Contém 4 salas de aula amplas salas de aula(espço destinado a construção de laboratórios futuro).
 - Prédio “D” – Cantina, área de vestibular, salas de atendimento discentes, , banheiros, sala de estudos, NEPP.
 - Prédio “E” – O espaço é constituído de prédio de três andares contendo salas de aula, laboratório de informática e banheiros.
 - Estacionamento para docentes, estudante e visitantes;
-

- Área de convivência externa – espaço destinado à convivência dos alunos, bem como realização de eventos festivos;
- Arquivo Morto – Construção – casa – de quatro cômodos onde são arquivados os documentos institucionais.

Na sequência é apresentada a descrição da infraestrutura física do campus.

Quadro 17 – Infraestrutura física da FADITU – Prédio A

1. Prédio A	
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)
Biblioteca (1º andar)	270m ²
Biblioteca (Térreo)	270m ²
Laboratório de Informática	110m ²
Coordenação do Curso de Direito	12m ²
Sala dos Professores	60m ²
Sanitário dos Professores	14m ²
Sanitário Setor Administrativo	8m ²
Sanitário Setor RH	4m ²
Sanitário da Direção 1	7m ²
Sanitário da Direção 2	2m ²
Cozinha/Copa	10m ²
Tesouraria	29m ²
Secretaria	62m ²
Recepção	2m ²
Recursos Humanos	20m ²
Sala da Coordenadoria do Curso	12m ²
Sala da Direção (Mantenedor)	24 m ²
Consultoria Jurídica (MS)	46 M ²
Sala da Direção (Mantenedora)	35 m ²
Auditório “Prof. Michel Temer “	308m ²
Anfiteatro	308m ²

Arquivo Morto	8m ²
Elevador	2m ²
Hall de Atendimento	13m ²
Sala de apoio ao Discente	117m ²
Sala para atividades (Autos Findos)	110 m ²
Saguão interno	384 m ²

Quadro 18 – Infraestrutura física da FADITU – Prédio B

Prédio B		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Centro de Processamento de Dados (TI)	49m ²	
Sala do Servidor (TI)	24m ²	
Sala da Direção Geral	18m ²	
Secretaria Pós-Graduação	49 m ²	
Sala de Espera (CEJUSC)	25m ²	
Recepção (CEJUSC)	22m ²	
Marketing	18m ²	
Juizado Especial Cível	18m ²	
Salas de Audiências	83m ²	
Secretaria de Estágio / Núcleo de Prática Jurídica	25m ²	
Sala de apoio	16m ²	
Sanitário Masculino	90m ²	
Sanitário Feminino	90m ²	
Brinquedoteca	16m ²	
Arquivo (PÓS)	9m ²	
Elevador	2m ²	
Salas de Aula		
SALA DE AULA	ÁREA (M²)	Alunos/ Turma

Sala B 101	65m ²	50
Sala B 102	65m ²	50
Sala B 104	65m ²	50
Sala B 105	65m ²	50
Sala B 201	65m ²	50
Sala B 202	65m ²	50
Sala B 204	65m ²	50
Sala B 205	65m ²	50

Quadro 19 – Infraestrutura física da FADITU – Prédio C

Prédio C		
SALA DE AULA	ÁREA (M ²)	Alunos/ Turma
Sala C 1	144m ²	110
Sala C 2	144m ²	110
Sala C 3	144m ²	110
Lab C4 ¹	72 m ²	55
Lab C4 ²	72 m ²	55

Quadro 20 – Infraestrutura física da FADITU – Prédio D

Prédio D		
ATENDIMENTO AO ALUNO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Coordenação do Curso de Administração	10m ²	
Gabinete Docente	7 m ²	
Atendimento Psicopedagógico	43m ²	
SERVIÇOS AO ALUNO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	

Cantina / Cozinha / Lanchonete	225m ²	
Livraria	43m ²	
SANITÁRIOS		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Sanitário Masculino	32m ²	
Sanitário Feminino	32m ²	
SALA DE ESTUDOS		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Sala de estudos	210m ²	

Quadro 21 – Infraestrutura física da FADITU – Prédio E

5. Prédio E		
SALA DE AULA	ÁREA (M ²)	Alunos/ Turma
Sala E 1	180m ²	110
Sala E 2	180m ²	110
Sala E 3	90m ²	55
Sala E 4	90m ²	55
Sala E 5	180m ²	110
Sala E 6	180m ²	110
Sala E 7	90m ²	55
Sala E 9	180m ²	110
Sala E 10	180m ²	110
Sala E 11	90m ²	55
Sala E 12	90m ²	55
Laboratório de Informática		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	
Laboratório de Informática (E8)	90m ²	

5.2 - SANITÁRIOS		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Sanitário Masculino	126m ²	
Sanitário Feminino	126m ²	
OUTRAS INSTALAÇÕES		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Elevador	2m ²	

Quadro 22 – Infraestrutura física da FADITU – Áreas Externas

Áreas Externas		
ESTACIONAMENTO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Estacionamento para alunos	5.315m ²	
Estacionamento para professores	1.001m ²	
PORTARIA		
DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	
Guarita da Portaria Externa	5m ²	

De forma geral, todos espaços físicos apresentados possuem equipamentos e mobiliários que atendem plenamente às necessidades de estudantes, docentes e funcionários do administrativos, conforme a finalidade a que se destinam.

As salas de aulas são todas guarnecidas com carteiras com amplo tampo que facilita o manuseio de livros e cadernos. Todos esses espaços possuem lousa e sistema de sonorização através de caixas acústicas por meio de microfones sem fio, contando com retroprojetores fixos ou móveis. Espaços amplos, com limpeza diária, com excelente iluminação natural (amplas janelas) e artificial. Todas as salas possuem sistema de climatização do ambiente ar condicionado ou ventiladores.

9.1 Instalações e Equipamentos

9.1.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisuais

9.1.1.1 Recursos Tecnológicos

Os quadros abaixo apresentam o número de computadores atualmente existentes na FADITU e a projeção de expansão para os cinco anos do PDI.

Quadro 23 – Número de computadores existentes atualmente na FADITU de uso acadêmico e administrativo

Área	Número de equipamentos
Acadêmico	90
Administrativo	33
Total	123

Quadro 24 – Expansão projetada do número de computadores para o período de 2022 a 2026

Área	Número de equipamentos				
	ANO I 2022	ANO II 2023	ANO III 2024	ANO IV 2025	ANO V 2026
Acadêmico	40	80	90	100	120
Administrativo	22	25	30	35	38
Total	62	105	120	135	158

9.1.1.2 Recursos Audiovisuais

A FADITU conta com recursos audiovisuais para apoio das atividades didáticas e pedagógicas desenvolvidas.

Quadro 25 – Expansão projetada dos recursos audiovisuais no período de vigência do PDI

TIPO DE RECURSO	QUANTIDADE				
	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V

	2022	2023	2024	2025	2026
Caixas de Som	30	32	52	52	55
Projetores (Datashow)	2	4	9	13	16
Microfone com Fio	5	6	8	12	14
Microfone sem Fio	5	6	8	8	8
Deck Toca Fita	1	1	1	1	1
Mesa de Som	1	2	3	3	3
Amplificador	12	15	23	23	23
Aparelho de DVD	1	1	1	1	1
Tela Retrátil para projeção	2	4	20	23	26

9.1.2 Recursos Eletrônicos de Gestão Acadêmica, Administrativa e Financeira

A FADITU utiliza como ferramenta eletrônica de gestão um sistema denominado “Life Educacional”, que compreende um conjunto de ferramentas computacionais on-line, capazes de trazer agilidade e controle em todas as atividades de uma instituição de ensino.

O sistema é desenvolvido em módulos, possuindo características específicas, de acordo com a finalidade da atividade:

- **MÓDULO SECRETARIA:** Esse módulo possibilita que a instituição controle todos os passos dos seus alunos, desde o momento da sua admissão na instituição (por meio do cadastro de entrada) passando pelo controle de documentos e lançamento de avaliações, controle de frequência, cancelamento da matrícula, rematrícula, transferência, geração de históricos e outros documentos, preparação para diplomação e qualquer outro relatório de

interesse da gestão de secretaria.



Figura 3: interações do Módulo Secretaria – Life Educacional

- **MÓDULO DIÁRIO ELETRÔNICO:** é voltado ao atendimento de instituições de ensino. Nele o professor acessa o sistema para registrar as suas atividades em sala de aula tais como: frequência de alunos, notas avaliativas, plano de disciplinas, emissão de listagem de alunos de cada turma, registro de atividades de avaliação parcial e muitas outras tarefas inerentes ao dia a dia do seu trabalho em sala de aula. Todo este trabalho funciona de forma integrada em tempo real com a secretaria, que é o órgão de controle dos dados no âmbito das instituições de ensino;
- **MÓDULO OUVIDORIA:** trata-se de uma ferramenta do Life Educacional voltada à gestão de ouvidorias. Nela, diversos modelos organizacionais de ouvidorias podem ser implementados, permitindo a automação de todo o processo, tais como: a captação de mensagens através do site institucional, ligação telefônica ou visita, a tramitação interna das solicitações geradas e a resposta ao solicitante. Todas estas ações ocorrem de forma rápida, prática e segura através da internet, gerando economia e dinamismo no atendimento das demandas apresentadas pelo público;

- **MÓDULO FINANCEIRO:** realiza um completo controle financeiro que permite aos gestores total mobilidade administrativa, tendo, a todo momento, acesso às informações pertinentes ao movimento de caixa da instituição. Tal solução atua em todo o processo de cobrança, desde a geração dos boletos (com entrega eletrônica aos alunos), passando pelo processo de recebimento presencial ou via compensação bancária, controlando de forma precisa a inadimplência, por meio de mecanismos de cobrança eletrônica ou impressa. No módulo de fluxo de caixa, é possível que se controle todas as fontes de receita da instituição, sejam elas mensalidades, negociações, taxas etc..

9.2 Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida.

A porcentagem de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é pequena nas Instituições de Ensino Superior, mas poderá vir a aumentar em decorrência das grandes mudanças nas políticas públicas de educação inclusiva, com a demanda crescente por profissionais portadores de necessidades especiais qualificados por parte das empresas.

A FADITU tem o compromisso, perante ao Ministério da Educação e a sociedade, em cumprir o Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos de ensino.

9.2.1 Infraestrutura de Suporte à Educação Inclusiva

A infraestrutura física e logística da Faculdade de Direito de Itu conta com instalações e recursos de apoio aos portadores de deficiência física, visual e auditiva, a saber:

- Vagas de estacionamento privativas a portadores de deficiência;
 - Calçamento rebaixado para acesso de cadeirantes em todo o campus;
 - Rampas de acesso do saguão principal ao auditório e anfiteatro (pisos superiores);
 - Elevadores de uso exclusivo para deficientes e idosos para acesso aos pisos superiores em todos os prédios do campus;
 - Banheiros com sanitários e pias adaptadas para cadeirantes.
-

9.3 Biblioteca

A qualidade de uma Unidade de Informação/Biblioteca esta intrinsecamente ligada ao acesso rápido e eficiente à informação, sua veiculação de forma objetiva e eficiente é indispensável para as atividades de ensino e pesquisa de toda a comunidade educativa.

Para atender as demandas dessa comunidade educativa a Faculdade de Itu conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos pelos cursos. O acervo é composto por ampla quantidade de material informacional atualizado, tanto para o uso do corpo docente quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação de seu espaço físico, visando a satisfação e, conseqüentemente, o melhor desempenho de seus usuários em suas atividades de pesquisa.

A Faculdade de Direito de Itu entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação do estudante. São adquiridos, também, materiais de apoio advindos das novas tecnologias de multimídia, DVDs, CD-ROMs e Áudio livros.

9.3.1 Organização do acervo

A classificação do material bibliográfico é feita pela CDU (Classificação Decimal Universal) e o AACR – 2 para a catalogação do mesmo.

9.3.2 Serviços Prestados aos Usuários

Com uma constante preocupação em atender às necessidades básicas e complementares dos corpos docente e discente, a Biblioteca presta os seguintes serviços: pesquisa bibliográfica no acervo base e demais fontes de referências; empréstimo domiciliar; reserva de livros; empréstimo entre bibliotecas; orientação sobre a normalização de trabalhos acadêmicos segundo as normas da ABNT; intercâmbio cultural com entidades congêneres e orientação para uso da Internet e das bases de dados em CD-ROM e/ou on-line.

9.3.3 Serviços Implantados

A revolução do acesso à informação por meio da Internet ou WEB, impulsionada pelas tecnologias da computação e das comunicações, acarreta mudanças importantes em toda a estrutura Educacional, principalmente na Biblioteca, que tem como principal função o fornecimento de informações em qualquer suporte existente (livro, periódico, CD-ROM, Internet etc.), otimizando desta forma as atividades de aprendizagem e desenvolvimento de pesquisas, além de cumprir sua função no desenvolvimento do conhecimento humano. Por este motivo, a Biblioteca da Faculdade de Itu está conectada à Internet, possibilitando o acesso aos serviços de qualquer biblioteca ou centro de informação do mundo disponível em suporte on-line.

Vale ressaltar, ainda, que a Faculdade de Itu está constantemente aberta a sugestões de novos serviços vindas de seus usuários.

9.3.4 Política de desenvolvimento de coleção

A proposta de uma Política de Desenvolvimento de Coleções para a Biblioteca deve-se ao fato de se considerar importante a existência de um instrumento formal que estabeleça critérios e prioridades com relação à seleção e aquisição do material que irá compor o acervo da Biblioteca.

A política de desenvolvimento de coleção numa biblioteca consiste em um elemento básico para qualquer tomada de decisão. Ela contempla aspectos relativos à função e objetivos da biblioteca e da Instituição, usuários e necessidades, abrangências e níveis da coleção, tipos de materiais, critérios e responsabilidades pela seleção, aquisição e critérios para alocação de recursos financeiros.

Esta política propicia a base para o planejamento global da coleção e oferece parâmetros para dar consistência e equilíbrio à coleção, dimensionando seu perfil, objetivos e especialização.

Para que esta política ofereça normas e diretrizes gerais é primordial o conhecimento da comunidade. Este conhecimento se estabelece a partir dos seguintes dados:

- Curso ministrado e número de alunos;
 - Usuários reais/Matriculas: aluno de graduação, professores e funcionários;
 - Usuários potenciais: ex- alunos e professores visitantes;
-

- Pesquisadores de outras entidades, atendimento a outras instituições através de programas cooperativos como COMUT.

9.3.5 Política de Atualização do Acervo

A Faculdade de Itu, atendendo às diretrizes pedagógicas de cursos de nível superior, adota uma política permanente de aquisição de materiais para o acervo, visando manter uma Biblioteca dinâmica e sempre atualizada, respondendo às necessidades acadêmico-pedagógicas de estudo e pesquisa dos cursos implantados e dos que venham a ser implantados.

Dessa forma, a atualização de acervo é regularmente realizada com base na bibliografia básica e, dentro do possível, bibliografia complementar referente a cada disciplina do curso, de acordo com as vagas ofertadas e com as exigências do MEC; na necessidade de aquisição de materiais atualizados; na indicação do corpo docente e discente; na adequação dos assuntos às áreas exploradas pelos cursos oferecidos; na produção técnica, didática e científica disponível no mercado editorial de interesse da comunidade.

Assim, além de ser solicitada uma lista semestral de sugestões bibliográficas aos professores da Faculdade de Itu, os estudantes podem sugerir títulos no local de disposição do acervo. Os materiais sugeridos serão submetidos a uma avaliação junto à Faculdade de Itu para se extrair, dentre estes, os que são realmente relevantes. Ainda, considerando-se que existem muitas obras antigas cujo conteúdo não perde seu valor, há prioridade para materiais que necessitam de atualização constante, como é o caso do Código Civil e das obras da área de Informática.

9.3.5.1 Política de Seleção e Aquisição

A política de aquisição de livros e periódicos, além de atender a um cronograma elaborado pela Faculdade de Itu por meio do levantamento das necessidades dos usuários, depende da adequação do orçamento elaborado no ano anterior em consonância à projeção de compras estipulada pela Administração Superior da Faculdade de Itu.

As formas de execução da política de aquisição observam, ainda, se há uma relação direta entre o número de materiais do acervo disponível e a quantidade de vagas ofertadas, de tal forma que possa suprir toda e qualquer expectativa de

estudantes e professores nas atividades de estudo e pesquisa, realização de trabalhos científicos e consultas bibliográficas.

Vale ressaltar, ainda, que o programa de aquisição contempla a utilização de outros suportes de informação, além do livro e do periódico, como CD-ROMs, jornais, DVDs e publicações acadêmicas (dissertações, teses e monografias).

A implantação dessa política de seleção e aquisição visa possibilitar aquisição de materiais de maneira objetiva e sem desperdícios, afinada com os interesses da instituição. Sintetizando podemos definir seus principais objetivos como:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da instituição;
- Identificar os elementos adequados à formação da seleção;
- Determinar critérios para duplicação de título;
- Incrementar os programas cooperativos;
- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material.

9.3.5.2 Critérios de Seleção

A primeira subdivisão para estabelecer este critério é o assunto, ou seja, a temática do acervo, para isso é imprescindível que os critérios observem atentamente, o assunto, cliente, documento e o preço. Quanto à formação de acervo, o material bibliográfico e audiovisual deve ser rigorosamente selecionado, observando os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- Edição atualizada;
- Relevância do autor e/ou editor para o assunto;
- Citação do título em bibliografias, catálogos e índices;
- Preço acessível;
- Língua acessível;
- Números de usuários potenciais.

Estes critérios servem para nortear o trabalho de parceria do corpo docente e bibliotecário, pois cabe ao conjunto a responsabilidade pela seleção e formação adequada do acervo.

Quanto à seleção quantitativa a biblioteca estabelece o seguinte critério:

a) Bibliografia Básica

Material bibliográfico básico é indispensável para o desenvolvimento da disciplina e considerado leitura obrigatória.

- Nacional serão adquiridos preferencialmente 3 (três) títulos, para cada disciplina, sendo que o número de exemplares será calculado na base de 1 (um) exemplar para cada 10 (dez) alunos (conforme determinação do MEC). O número de aluno deverá ser discriminado no formulário de solicitação de material bibliográfico.
- Importado: os livros importados serão adquiridos quando não existir adequada tradução em português. Nesse caso o livro-básico não será adquirido na mesma proporção do livro-básico nacional. Será adquirido apenas um exemplar de cada título.

b) Bibliografia Complementar

Livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso sejam em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na instituição. Será adquirido 2 (dois) exemplares de cada título indicado, exceto nos casos que haja demanda, ou por solicitação que justifiquem a necessidade de um número maior de exemplares.

c) Bibliografia atualizada

Livros necessários à atualização da bibliografia complementar. Aquisição mediante solicitação do corpo docente e número de exemplares definidos pela demanda existentes na biblioteca.

d) Coleção de Referência

Será dada atenção especial a matérias de referências especializadas a saber: dicionários, estatísticas, Atlas, manuais etc. A seleção deste material será feita mediante consulta de especialistas no assunto/área.

9.3.5.3 Prioridade de Aquisição

Devido às restrições orçamentárias e a grande quantidade de documentos produzidos, torna-se impossível para qualquer biblioteca universitária adquirir todo o material bibliográfico disponível no mercado editorial. Sendo assim, a biblioteca estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material bibliográfico:

- Obras (bibliografia básica e complementar) para cursos em fase de reconhecimento ou credenciamento;
- Obras que sejam de interesse para os cursos de graduação e pós-graduação;
- Assinatura de periódicos relacionados aos cursos existentes, mediante indicação dos docentes;
- Materiais de suporte técnico para o desenvolvimento de pesquisas vinculadas a instituição.

9.3.5.4 Fontes para aquisição

Serão utilizadas as seguintes fontes de informação, a saber:

- Bibliografias especializadas;
- Catálogos e índices temáticos;
- Sugestões de usuários.

9.3.5.5 Doações

Os materiais recebidos como doações serão submetidos aos mesmos critérios do material comprado. Não serão adicionados novos títulos e/ou volumes ao acervo somente porque foram recebidos de forma gratuita. Quanto às doações recebidas, a biblioteca, poderá dispor das mesmas, da seguinte maneira:

- Incorporá-la ao acervo;
- Doá-las e/ou permutá-las com outras instituições;
- Descartá-las.

Para seleção das obras doadas, serão consultados os especialistas no assunto obedecendo aos seguintes critérios:

a) Livros

- Relevância do autor e do conteúdo para os cursos existentes e para a comunidade universitária;
- Citação do título em bibliografias e abstracts;
- Condição física do material;
- Língua em que está impressa.

b) Periódicos

- Citação do título em bibliografias, índice e abstracts;
 - Para completar falhas e/ou coleção;
 - Com conteúdos adequados aos interesses dos cursos e da comunidade acadêmica.
-

c) Material Audiovisual

- Com conteúdos adequados aos interesses dos cursos e da comunidade acadêmica.

9.3.5.6 Política de Desbastamento de Material Bibliográfico

Desbastamento é o processo pelo qual se retira do acervo ativo título e/ou exemplares, parte de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático, para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito no máximo a cada 5 (cinco) anos.

a) Remanejamento

É a armazenagem em depósito da biblioteca do material bibliográfico retirado do acervo ativo, com o objetivo de abrir espaços para materiais novos. Este material ficará organizado e à disposição da comunidade quando solicitado.

Critérios para se remanejar materiais bibliográficos:

- Títulos históricos e não utilizados durante os últimos 5 (cinco) anos;
- Coleção de periódicos correntes, anteriores aos últimos 3 (três) anos;
- Coleções de periódicos de compra encerrada e que tenham possibilidade de serem reativados;
- Coleções de periódicos de valor histórico.

b) Descarte

Chamamos descarte, o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço.

A biblioteca adotará para o descarte de livros os seguintes critérios:

- a) Inadequação: do conteúdo mediante ao acervo;
- b) Desatualização: a aplicação deste conceito pode variar mediante a área de conhecimento;
- c) Condições físicas: mediante a relevância da obra para o acervo, estudar a possibilidade de substituição ou recuperação do material.

c) Reposição do Material

Os materiais desaparecidos não serão repostos automaticamente. A reposição deverá ser baseada nos seguintes critérios:

- Demanda do título;
- Número de exemplares existentes;
- Relevância do título para a área;
- Existência de outro título mais atualizado.

9.3.5.7 Avaliação da Coleção

A avaliação sistemática da coleção deve ser entendida como o processo utilizado para se determinar o valor e a adequação da coleção, em função dos objetivos da biblioteca e da própria instituição, possibilitando traçar diretrizes quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte.

A biblioteca deverá proceder à avaliação do seu acervo uma vez cada 5 (cinco) anos, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Na avaliação do acervo da biblioteca, serão utilizados os seguintes critérios:

- Materiais proporcionalmente pertinentes aos cursos oferecidos;
- Comparação das coleções com listas, catálogos e Bibliografias recomendadas e/ou adotadas;
- Sugestões dos usuários.

No caso de periódicos a avaliação pode ser feita a cada 2 (anos), com o objetivo de colher subsídios para a tomada de decisões quanto:

- Cancelamento de títulos que já não atendem as suas necessidades;
- Inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático e/ou atualização;
- Manutenção dos títulos já adquiridos

9.3.6 Descrição da Biblioteca e Plano de Expansão do Acervo

9.3.6.1 Horário de Funcionamento

- De segunda a sexta feira – 07h30min às 22h30min;
- Sábados: 8:00 às 12:00 horas

9.3.6.2 Infraestrutura Física

Quadro 26 – Evolução do Estimada dos espaços físicos da Biblioteca

Dependência	2022	2023	2024	2025	2026
Disponibilização do acervo	180	180	190	190	190
Espaço de estudo individual	80	80	100	100	100
Sala de estudo em grupo	190	190	190	190	190
Recepção/atendimento do Usuário	30	30	20	20	20
Sala de processamento técnico	20	20	10	10	10
Espaço para acesso a internet	10	10	10	10	10
Repositório (periódicos)	30	30	30	30	30
Total	540	540	550	550	550

9.3.6.3 Recursos Materiais

Quadro 27 – Evolução de aquisição de mobiliários

Tipo de Mobiliário	2022	2023	2024	2025	2026
Jornaleiro/expositor de filmes	2	2	2	2	2
Estante para revista	47	47	48	50	50
Estante para livros	115	117	117	119	119
Estantes para processos	18	18	18	18	18
Gôndolas de estudos	25	25	25	25	25
Mesas de estudo em grupo	16	16	18	18	18
Cadeiras	110	110	118	118	1
Balcão de atendimento	2	1	1	1	1

9.3.7 Acervo

Quadro 28 – Acervo geral

1. Itens do Acervo	Quantidade	
	Títulos	Exemplares
Livros	17.680	27.355
Periódicos/Revistas	108	8041
eBooks	9697	9697
DVD	466	466
CD ROM	156	214

Assinatura eletrônica	2	Base de dados (livros e periódicos)
-----------------------	---	--

Quadro 29 – Acervo especificado por área de conhecimento

ÁREAS	TÍTULOS	VOLUMES	PERIÓDICOS Títulos	Audiovisual	
				Vídeos	CD-ROMs
Ciências Exatas e da Terra	54	140			
Ciências Biológicas	46	119			
Engenharia/Tecnologia	2	5			
Ciências Sociais Aplicadas	16532	25426	32		100
Ciências Humanas	424	742	5		114
Linguística, letras e Artes.	622	923		466	
TOTAL	17680	27355	37	466	214

9.3.7.1 Plano de expansão do acervo

Quadro 30 – Plano de Expansão do Acervo – 2022 a 2026

Itens do Acervo	Quantidade				
	ANO I 2022	ANO II 2023	ANO III 2024	ANO IV 2025	ANO V 2026
Livros (exemplares)	27355	27700	28000	28200	28500
Periódicos (títulos)	37	37	40	35	35
E-books gratuitos	2553	2700	2900	3000	3200
DVD	466	466	466	466	466
Assinaturas Eletrônicas	2	2	2	2	2
Áudio livros	0	5	10	20	20

9.3.7.2 Acesso a Bases de Dados Locais ou em outras Bibliotecas mais utilizadas

Quadro 31 – Base de dados Locais ou em outras Bibliotecas

Nome da base - assinatura	Suporte
RT ON LINE PERIODICOS ELETRONICOS	ON LINE
BASE DE DADOS “MINHA BIBLIOTECA”	ON LINE

1. **COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica)** Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis encontram-se: periódicos técnico-científicos; teses e dissertações; anais de congressos nacionais e internacionais; relatórios técnicos; partes de documentos (capítulos de livros), desde que sejam autorizados pela Lei de Direitos Autorais.
 2. **SciELO Livros** A Rede SciELO Livros visa a publicação online de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos. Os livros publicados pelo SciELO Livros são selecionados segundo controles de qualidade aplicados por um comitê científico e os textos em formato digital são preparados segundo padrões internacionais que permitem o controle de acesso e de citações e são legíveis nos leitores de ebooks, tablets, smartphones e telas de computador. SciELO Livros é parte integral do Programa SciELO da FAPESP.
 3. **BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DIREITO (BBD)** A Bibliografia Brasileira de Direito reúne referências bibliográficas de livros, artigos de revistas e outros textos afins, publicados no Brasil em língua portuguesa, e inseridas na base de dados alimentada pelas bibliotecas que compõem a RVBI.
 4. **BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD).** Objetiva integrar, em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país, assim como disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, também acessível via Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLTD) Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLTD), da Virginia Tech University.
 5. **REDIB.** Plataforma de conteúdos científicos e acadêmicos em formato eletrônico, produzidos no âmbito ibero-americano. REDIB conta com uma clara vocação de promoção da inovação tecnológica das ferramentas de produção editorial. Estas facilitam o acesso, a difusão e a valorização da produção científica gerada nos
-

países do seu âmbito de atuação, especialmente nos vários idiomas que lhes são próprios).

9.3.7.3 Serviços Informatizados

Quadro 32 – Serviços informatizados disponibilizados

SERVIÇOS	SIM	NÃO
Catalogo informatizado de livros e periódicos	X	
Empréstimos	X	
Consultas do acervo on-line	X	
Reservas de livros on-line	X	
Base de dados (periódicos e livros)	X	

9.3.7.4 Políticas de Acesso e Empréstimo

Quadro 33 – Políticas de Acesso e empréstimo de acervo da Biblioteca

Acesso	Aberto	
Empréstimo	Alunos	4 livros por 7 dias
	Professores	10 livros por 7 dias
	Funcionários	4 livro por 7 dias

10. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O Quadro 34 apresenta o planejamento econômico e financeiro da Faculdade de Direito de Itu para os cinco anos de vigência do novo PDI, e demonstra a sustentabilidade financeira.

<u>RECEITAS</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
			R\$	R\$	R\$
3.0.0.00.0000 RECEITAS	R\$ 8.926.757,97	R\$ 9.551.631,03	10.220.245,20	10.935.662,36	11.701.158,73
			R\$	R\$	R\$
3.1.0.00.0000 RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 9.024.109,46	R\$ 9.655.797,12	10.331.702,92	11.054.922,13	11.828.766,67
			R\$	R\$	R\$
3.1.1.00.0000 RECEITA BRUTA MATRIZ	R\$ 9.024.109,46	R\$ 9.655.797,12	10.331.702,92	11.054.922,13	11.828.766,67
			R\$	R\$	R\$
3.1.1.04.0000 SERVIÇOS	R\$ 9.024.109,46	R\$ 9.655.797,12	10.331.702,92	11.054.922,13	11.828.766,67
			R\$	R\$	R\$
3.1.1.04.0001 MENSALIDADE GRADUAÇÃO	R\$ 8.805.616,25	R\$ 9.422.009,39	10.081.550,04	10.787.258,55	11.542.366,65
3.1.1.04.0002 MENSALIDADE PÓS GRADUAÇÃO	R\$ 65.000,00	R\$ 69.550,00	R\$ 74.418,50	R\$ 79.627,80	R\$ 85.201,74
3.1.1.04.0004 TAXAS DIVERSAS	R\$ 153.493,21	R\$ 164.237,73	R\$ 175.734,38	R\$ 188.035,78	R\$ 201.198,29
3.1.1.07.0000 ALUGUEIS	R\$ 60.000,00	R\$ 64.200,00	R\$ 68.694,00	R\$ 73.502,58	R\$ 78.647,76
3.1.1.07.0001 ALUGUEIS	R\$ 60.000,00	R\$ 64.200,00	R\$ 68.694,00	R\$ 73.502,58	R\$ 78.647,76
3.2.0.00.0000 /-/ DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-R\$ 157.351,49	-R\$ 168.366,09	-R\$ 180.151,72	-R\$ 192.762,34	-R\$ 206.255,71
3.2.1.00.0000 /-/DEDUÇÕES E ABAT DAS VENDAS MATRIZ	-R\$ 152.230,97	-R\$ 162.887,14	-R\$ 174.289,24	-R\$ 186.489,48	-R\$ 199.543,75
3.2.1.01.0000 /-/ IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES S/VENDAS	-R\$ 152.230,97	-R\$ 162.887,14	-R\$ 174.289,24	-R\$ 186.489,48	-R\$ 199.543,75
3.2.1.01.0002 /-/ ISS S/FATURAMENTO	-R\$ 137.968,09	-R\$ 147.625,86	-R\$ 157.959,67	-R\$ 169.016,84	-R\$ 180.848,02
3.2.1.01.0003 /-/ PIS S/FATURAMENTO	-R\$ 2.544,18	-R\$ 2.722,27	-R\$ 2.912,83	-R\$ 3.116,73	-R\$ 3.334,90
3.2.1.01.0004 /-/ COFINS S/FATURAMENTO	-R\$ 11.718,70	-R\$ 12.539,01	-R\$ 13.416,74	-R\$ 14.355,91	-R\$ 15.360,83
3.2.3.00.0000 /-/ VENDAS CANCELADAS MATRIZ	-R\$ 5.120,52				
3.2.3.04.0000 CANCELAMENTO DE MATRICULAS	-R\$ 5.120,52	-R\$ 5.478,96	-R\$ 5.862,48	-R\$ 6.272,86	-R\$ 6.711,96
3.2.3.04.0001 CANCELAMENTO DE MATRICULA	-R\$ 5.110,52	-R\$ 5.468,26	-R\$ 5.851,03	-R\$ 6.260,61	-R\$ 6.698,85
3.2.3.04.0003 DEVOLUÇÃO DE TAXAS	-R\$ 10,00	-R\$ 10,70	-R\$ 11,45	-R\$ 12,25	-R\$ 13,11

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>TOTAL DE RECEITAS</u>	<u>8.926.757,97</u>	<u>9.551.631,03</u>	<u>10.220.245,20</u>	<u>10.935.662,36</u>	<u>11.701.158,73</u>

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>(=) RECEITA LIQUIDA</u>	<u>8.926.757,97</u>	<u>9.551.631,03</u>	<u>10.220.245,20</u>	<u>10.935.662,36</u>	<u>11.701.158,73</u>

<u>CUSTOS</u>					
	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
4.0.0.00.0000 CUSTOS	2.259.535,31	2.370.012,08	2.486.012,68	2.607.813,31	2.735.703,98
	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
4.1.0.00.0000 CUSTOS TECNICOS	2.259.535,31	2.370.012,08	2.486.012,68	2.607.813,31	2.735.703,98
	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
4.1.3.00.0000 CUSTO DOS SERVIÇOS	2.161.263,09	2.266.826,24	2.377.667,56	2.494.050,93	2.616.253,48
	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
4.1.3.01.0000 MÃO DE OBRA MATRIZ	2.062.990,87	2.163.640,41	2.269.322,43	2.380.288,56	2.496.802,98
	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
4.1.3.01.0002 SALÁRIOS	1.128.734,38	1.185.171,10	1.244.429,65	1.306.651,14	1.371.983,69
4.1.3.01.0003 13º SALÁRIO	-R\$ 5.442,73	-R\$ 5.714,87	-R\$ 6.000,61	-R\$ 6.300,64	-R\$ 6.615,67
4.1.3.01.0004 FÉRIAS	-R\$ 157.740,11	-R\$ 165.627,12	-R\$ 173.908,47	-R\$ 182.603,89	-R\$ 191.734,09
4.1.3.01.0005 ENCARGOS C/LEIS SOCIAIS 20%	-R\$ 280.037,60	-R\$ 294.039,48	-R\$ 308.741,45	-R\$ 324.178,53	-R\$ 340.387,45
4.1.3.01.0006 ENCARGOS INSS - TERCEIROS	-R\$ 63.008,36	-R\$ 66.158,78	-R\$ 69.466,72	-R\$ 72.940,05	-R\$ 76.587,06
4.1.3.01.0007 RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT	-R\$ 7.000,82	-R\$ 7.350,86	-R\$ 7.718,40	-R\$ 8.104,32	-R\$ 8.509,54
4.1.3.01.0008 FGTS	-R\$ 114.228,70	-R\$ 119.940,14	-R\$ 125.937,14	-R\$ 132.234,00	-R\$ 138.845,70
4.1.3.01.0009 FGTS - MULTA RESCISÓRIA	-R\$ 50.000,00	-R\$ 50.000,00	-R\$ 50.000,00	-R\$ 50.000,00	-R\$ 50.000,00
4.1.3.01.0010 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	-R\$ 59.894,77	-R\$ 62.889,51	-R\$ 66.033,98	-R\$ 69.335,68	-R\$ 72.802,47
4.1.3.01.0011 PROVISÃO DE FÉRIAS	R\$ 10.007,87	R\$ 10.508,26	R\$ 11.033,68	R\$ 11.585,36	R\$ 12.164,63
4.1.3.01.0012 INSS S/PROVISÃO DE FÉRIAS	R\$ 2.557,37	R\$ 2.685,24	R\$ 2.819,50	R\$ 2.960,48	R\$ 3.108,50
4.1.3.01.0013 FGTS S/PROVISÃO DE FÉRIAS	R\$ 818,36	R\$ 859,28	R\$ 902,24	R\$ 947,35	R\$ 994,72

4.1.3.01.0014	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	-R\$ 111.233,61	-R\$ 116.795,29	-R\$ 122.635,06	-R\$ 128.766,81	-R\$ 135.205,15
4.1.3.01.0015	INSS S/PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	-R\$ 27.808,39	-R\$ 29.198,81	-R\$ 30.658,75	-R\$ 32.191,69	-R\$ 33.801,27
4.1.3.01.0016	FGTS S/PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	-R\$ 8.898,32	-R\$ 9.343,24	-R\$ 9.810,40	-R\$ 10.300,92	-R\$ 10.815,96
4.1.3.01.0020	CONVÊNIO MÉDICO	-R\$ 62.346,68	-R\$ 65.464,01	-R\$ 68.737,21	-R\$ 72.174,08	-R\$ 75.782,78
4.1.3.02.0000	CUSTO DOS SERVIÇOS MATRIZ	-R\$ 98.272,22	-R\$ 103.185,83	-R\$ 108.345,12	-R\$ 113.762,38	-R\$ 119.450,50
4.1.3.02.0012	SERVICO DE TERCEIROS	-R\$ 98.272,22	-R\$ 103.185,83	-R\$ 108.345,12	-R\$ 113.762,38	-R\$ 119.450,50

	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>
<u>TOTAL DE CUSTOS</u>	<u>2.259.535,31</u>	<u>2.370.012,08</u>	<u>2.486.012,68</u>	<u>2.607.813,31</u>	<u>2.735.703,98</u>

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>(=) LUCRO BRUTO</u>	<u>6.667.222,66</u>	<u>7.181.618,95</u>	<u>R\$ 7.734.232,52</u>	<u>R\$ 8.327.849,05</u>	<u>R\$ 8.965.454,75</u>

<u>DESPESAS</u>						
	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	
5.0.0.00.0000	DESPESAS	6.549.249,35	6.853.686,49	7.175.648,02	7.515.779,91	7.874.783,44
	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	
5.1.0.00.0000	DESPESAS OPERACIONAIS	6.549.249,35	6.853.686,49	7.175.648,02	7.515.779,91	7.874.783,44
	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	
5.1.2.00.0000	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.848.571,20	1.940.999,76	2.038.049,75	2.139.952,24	2.246.949,85
5.1.2.01.0000	MÃO DE OBRA MATRIZ	-R\$ 579.079,84	-R\$ 608.033,83	-R\$ 638.435,52	-R\$ 670.357,30	-R\$ 703.875,16
5.1.2.01.0001	PRÓ LABORE	-R\$ 13.200,00	-R\$ 13.860,00	-R\$ 14.553,00	-R\$ 15.280,65	-R\$ 16.044,68
5.1.2.01.0002	SALÁRIOS	-R\$ 275.397,54	-R\$ 289.167,42	-R\$ 303.625,79	-R\$ 318.807,08	-R\$ 334.747,43
5.1.2.01.0003	13º SALÁRIO	-R\$ 131,68	-R\$ 138,26	-R\$ 145,18	-R\$ 152,44	-R\$ 160,06
5.1.2.01.0004	FÉRIAS	-R\$ 37.188,23	-R\$ 39.047,64	-R\$ 41.000,02	-R\$ 43.050,02	-R\$ 45.202,53
5.1.2.01.0005	ENCARGOS C/LEIS SOCIAIS 20%	-R\$ 78.365,65	-R\$ 82.283,93	-R\$ 86.398,13	-R\$ 90.718,04	-R\$ 95.253,94
5.1.2.01.0006	ENCARGOS INSS - TERCEIROS	-R\$ 13.969,98	-R\$ 14.668,48	-R\$ 15.401,90	-R\$ 16.172,00	-R\$ 16.980,60

5.1.2.01.0007	RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO - RAT	-R\$ 1.552,23	-R\$ 1.629,84	-R\$ 1.711,33	-R\$ 1.796,90	-R\$ 1.886,75
5.1.2.01.0008	FGTS	-R\$ 24.835,21	-R\$ 26.076,97	-R\$ 27.380,82	-R\$ 28.749,86	-R\$ 30.187,35
5.1.2.01.0010	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	-R\$ 12.304,69	-R\$ 12.919,92	-R\$ 13.565,92	-R\$ 14.244,22	-R\$ 14.956,43
5.1.2.01.0011	PROVISÃO DE FÉRIAS	R\$ 10.705,88	R\$ 11.241,17	R\$ 11.803,23	R\$ 12.393,39	R\$ 13.013,06
5.1.2.01.0012	INSS S/PROVISÃO DE FÉRIAS	R\$ 2.676,42	R\$ 2.810,24	R\$ 2.950,75	R\$ 3.098,29	R\$ 3.253,21
5.1.2.01.0013	FGTS S/PROVISÃO DE FÉRIAS	R\$ 856,46	R\$ 899,28	R\$ 944,25	R\$ 991,46	R\$ 1.041,03
5.1.2.01.0014	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	-R\$ 25.117,15	-R\$ 26.373,01	-R\$ 27.691,66	-R\$ 29.076,24	-R\$ 30.530,05
5.1.2.01.0015	INSS S/PROVISÃO DE 13 SALÁRIO	-R\$ 6.279,29	-R\$ 6.593,25	-R\$ 6.922,92	-R\$ 7.269,06	-R\$ 7.632,52
5.1.2.01.0016	FGTS S/PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	-R\$ 2.009,29	-R\$ 2.109,75	-R\$ 2.215,24	-R\$ 2.326,00	-R\$ 2.442,30
5.1.2.01.0018	ALIMENTAÇÃO	-R\$ 29.607,95	-R\$ 31.088,35	-R\$ 32.642,76	-R\$ 34.274,90	-R\$ 35.988,65
5.1.2.01.0020	CONVÊNIO MÉDICO	-R\$ 61.006,26	-R\$ 64.056,57	-R\$ 67.259,40	-R\$ 70.622,37	-R\$ 74.153,49
5.1.2.01.0024	VALE TRANSPORTE	-R\$ 3.139,21	-R\$ 3.296,17	-R\$ 3.460,98	-R\$ 3.634,03	-R\$ 3.815,73
5.1.2.01.0026	ESTAGIÁRIOS	-R\$ 4.533,32	-R\$ 4.759,99	-R\$ 4.997,99	-R\$ 5.247,88	-R\$ 5.510,28
5.1.2.01.0027	GRATIFICACOES	-R\$ 1.696,92	-R\$ 1.781,77	-R\$ 1.870,85	-R\$ 1.964,40	-R\$ 2.062,62
5.1.2.01.0028	UNIFORMES	-R\$ 2.984,00	-R\$ 3.133,20	-R\$ 3.289,86	-R\$ 3.454,35	-R\$ 3.627,07
		-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
5.1.2.02.0000	DESPESAS ADMINISTRATIVAS MATRIZ	1.269.491,36	1.332.965,93	1.399.614,22	1.469.594,94	1.543.074,68
5.1.2.02.0001	MANUTENÇÃO E REPAROS	-R\$ 5.055,69	-R\$ 5.308,47	-R\$ 5.573,90	-R\$ 5.852,59	-R\$ 6.145,22
5.1.2.02.0003	MATERIAIS DE USO E CONSUMO	-R\$ 33.696,99	-R\$ 35.381,84	-R\$ 37.150,93	-R\$ 39.008,48	-R\$ 40.958,90
5.1.2.02.0004	IMPRESSOS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-R\$ 5.321,07	-R\$ 5.587,12	-R\$ 5.866,48	-R\$ 6.159,80	-R\$ 6.467,79
5.1.2.02.0005	SERVIÇOS DE TERCEIROS	-R\$ 379.014,60	-R\$ 397.965,33	-R\$ 417.863,60	-R\$ 438.756,78	-R\$ 460.694,62
5.1.2.02.0009	BENS DE VALOR REDUZIDO	-R\$ 3.921,23	-R\$ 4.117,29	-R\$ 4.323,16	-R\$ 4.539,31	-R\$ 4.766,28
5.1.2.02.0010	ENERGIA ELÉTRICA	-R\$ 29.380,76	-R\$ 30.849,80	-R\$ 32.392,29	-R\$ 34.011,90	-R\$ 35.712,50
5.1.2.02.0015	TELEFONE	-R\$ 17.206,34	-R\$ 18.066,66	-R\$ 18.969,99	-R\$ 19.918,49	-R\$ 20.914,41
5.1.2.02.0016	ÁGUA	-R\$ 4.131,98	-R\$ 4.338,58	-R\$ 4.555,51	-R\$ 4.783,28	-R\$ 5.022,45
	MANUTENÇÃO DE SOFTWARES E					
5.1.2.02.0017	COMPUTADORES	-R\$ 229.506,64	-R\$ 240.981,97	-R\$ 253.031,07	-R\$ 265.682,62	-R\$ 278.966,76
5.1.2.02.0024	HONORÁRIOS PF	-R\$ 63.409,47	-R\$ 66.579,94	-R\$ 69.908,94	-R\$ 73.404,39	-R\$ 77.074,61
5.1.2.02.0025	HONORÁRIOS PJ	-R\$ 343.239,16	-R\$ 360.401,12	-R\$ 378.421,17	-R\$ 397.342,23	-R\$ 417.209,34

5.1.2.02.0026	ASSOCIAÇÃO DE CLASSES E ASSINATURAS	-R\$ 2.501,64	-R\$ 2.626,72	-R\$ 2.758,06	-R\$ 2.895,96	-R\$ 3.040,76
5.1.2.02.0028	DESPESAS DE CORREIO	-R\$ 2.125,14	-R\$ 2.231,40	-R\$ 2.342,97	-R\$ 2.460,12	-R\$ 2.583,12
5.1.2.02.0029	ALUGUEIS	-R\$ 210,00	-R\$ 220,50	-R\$ 231,53	-R\$ 243,10	-R\$ 255,26
5.1.2.02.0030	INTERNET	-R\$ 42.863,33	-R\$ 45.006,50	-R\$ 47.256,82	-R\$ 49.619,66	-R\$ 52.100,65
5.1.2.02.0031	SEGUROS GERAIS	-R\$ 7.047,72	-R\$ 7.400,11	-R\$ 7.770,11	-R\$ 8.158,62	-R\$ 8.566,55
5.1.2.02.0032	BRINDES DONATIVOS E BONIFICAÇÃO	-R\$ 1.460,00	-R\$ 1.533,00	-R\$ 1.609,65	-R\$ 1.690,13	-R\$ 1.774,64
5.1.2.02.0033	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-R\$ 42.948,39	-R\$ 45.095,81	-R\$ 47.350,60	-R\$ 49.718,13	-R\$ 52.204,04
5.1.2.02.0035	COMISSÕES PJ	-R\$ 23.800,78	-R\$ 24.990,82	-R\$ 26.240,36	-R\$ 27.552,38	-R\$ 28.930,00
5.1.2.02.0039	LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-R\$ 15.694,09	-R\$ 16.478,79	-R\$ 17.302,73	-R\$ 18.167,87	-R\$ 19.076,26
5.1.2.02.0045	ASSINATURAS DE JORNAIS E REVISTAS	-R\$ 809,40	-R\$ 849,87	-R\$ 892,36	-R\$ 936,98	-R\$ 983,83
5.1.2.02.0047	COPA E COZINHA	-R\$ 1.596,94	-R\$ 1.676,79	-R\$ 1.760,63	-R\$ 1.848,66	-R\$ 1.941,09
5.1.2.02.0048	REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO	-R\$ 14.550,00	-R\$ 15.277,50	-R\$ 16.041,38	-R\$ 16.843,44	-R\$ 17.685,62
		-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
5.1.3.00.0000	RESULTADO FINANCEIRO	3.840.924,41	4.009.945,30	4.189.719,77	4.380.555,25	4.582.797,55
		-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
5.1.3.01.0000	RESULTADO FINANCEIRO MATRIZ	3.840.924,41	4.009.945,30	4.189.719,77	4.380.555,25	4.582.797,55
5.1.3.01.0001	COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS	-R\$ 38.580,79	-R\$ 40.509,83	-R\$ 42.535,32	-R\$ 44.662,09	-R\$ 46.895,19
5.1.3.01.0002	JUROS PASSIVOS	-R\$ 153.502,18	-R\$ 138.151,96	-R\$ 124.336,77	-R\$ 111.903,09	-R\$ 100.712,78
5.1.3.01.0007	/-/ JUROS ATIVOS	R\$ 143.462,13	R\$ 150.635,24	R\$ 158.167,00	R\$ 166.075,35	R\$ 174.379,12
5.1.3.01.0008	/-/ DESCONTOS OBTIDOS	R\$ 1.541,82	R\$ 1.618,91	R\$ 1.699,86	R\$ 1.784,85	R\$ 1.874,09
5.1.3.01.0009	/-/ JUROS S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 62.784,64	R\$ 65.923,87	R\$ 69.220,07	R\$ 72.681,07	R\$ 76.315,12
		-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
5.1.3.01.0015	BOLSAS PROUNI 100%	1.205.240,21	1.265.502,22	1.328.777,33	1.395.216,20	1.464.977,01
5.1.3.01.0016	BOLSAS PROUNI 50%	-R\$ 664.298,80	-R\$ 697.513,74	-R\$ 732.389,43	-R\$ 769.008,90	-R\$ 807.459,34
		-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$
5.1.3.01.0023	DESCONTOS CONCEDIDOS - MENSALIDADES	1.982.534,57	2.081.661,30	2.185.744,36	2.295.031,58	2.409.783,16
5.1.3.01.0024	PERDAS S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	-R\$ 4.556,45	-R\$ 4.784,27	-R\$ 5.023,49	-R\$ 5.274,66	-R\$ 5.538,39
5.1.4.00.0000	IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	-R\$ 96.230,10	-R\$ 101.041,61	-R\$ 106.093,69	-R\$ 111.398,37	-R\$ 116.968,29

5.1.4.01.0000	IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MATRIZ	-R\$ 96.230,10	-R\$ 101.041,61	-R\$ 106.093,69	-R\$ 111.398,37	-R\$ 116.968,29
5.1.4.01.0001	IPTU	-R\$ 35.240,70	-R\$ 37.002,74	-R\$ 38.852,87	-R\$ 40.795,52	-R\$ 42.835,29
5.1.4.01.0004	TAXAS E LICENÇAS	-R\$ 31.473,83	-R\$ 33.047,52	-R\$ 34.699,90	-R\$ 36.434,89	-R\$ 38.256,64
5.1.4.01.0005	MULTAS E INFRAÇÕES DEDUTIVEIS	-R\$ 3.882,13	-R\$ 4.076,24	-R\$ 4.280,05	-R\$ 4.494,05	-R\$ 4.718,75
5.1.4.01.0007	IOF	-R\$ 15.942,33	-R\$ 16.739,45	-R\$ 17.576,42	-R\$ 18.455,24	-R\$ 19.378,00
5.1.4.01.0011	PIS S/OUTRAS RECEITAS	-R\$ 5,18	-R\$ 5,44	-R\$ 5,71	-R\$ 6,00	-R\$ 6,30
5.1.4.01.0012	COFINS S/OUTRAS RECEITAS	-R\$ 23,78	-R\$ 24,97	-R\$ 26,22	-R\$ 27,53	-R\$ 28,90
5.1.4.01.0018	PIS S/ RECEITAS FINANCEIRAS	-R\$ 1.350,63	-R\$ 1.418,16	-R\$ 1.489,07	-R\$ 1.563,52	-R\$ 1.641,70
5.1.4.01.0019	COFINS S/ RECEITAS FINANCEIRAS	-R\$ 8.311,52	-R\$ 8.727,10	-R\$ 9.163,45	-R\$ 9.621,62	-R\$ 10.102,70
5.1.5.00.0000	GASTOS GERAIS	-R\$ 763.836,42	-R\$ 802.028,24	-R\$ 842.129,65	-R\$ 884.236,14	-R\$ 928.447,94
5.1.5.01.0000	DESPESAS GERAIS MATRIZ	-R\$ 763.836,42	-R\$ 802.028,24	-R\$ 842.129,65	-R\$ 884.236,14	-R\$ 928.447,94
5.1.5.01.0001	MANUTENÇÃO E REPAROS	-R\$ 12.552,82	-R\$ 13.180,46	-R\$ 13.839,48	-R\$ 14.531,46	-R\$ 15.258,03
5.1.5.01.0002	DESPESAS DIVERSAS	-R\$ 11.565,06	-R\$ 12.143,31	-R\$ 12.750,48	-R\$ 13.388,00	-R\$ 14.057,40
5.1.5.01.0005	SERVIÇOS DE TERCEIROS	-R\$ 325.906,92	-R\$ 342.202,27	-R\$ 359.312,38	-R\$ 377.278,00	-R\$ 396.141,90
5.1.5.01.0006	DEPRECIAÇÕES	-R\$ 245.362,93	-R\$ 257.631,08	-R\$ 270.512,63	-R\$ 284.038,26	-R\$ 298.240,17
5.1.5.01.0007	AMORTIZAÇÕES	-R\$ 14.668,45	-R\$ 15.401,87	-R\$ 16.171,97	-R\$ 16.980,56	-R\$ 17.829,59
5.1.5.01.0013	OUTRAS DESPESAS INDEDUTIVEIS	-R\$ 90.019,84	-R\$ 94.520,83	-R\$ 99.246,87	-R\$ 104.209,22	-R\$ 109.419,68
5.1.5.01.0016	PERDAS DIVERSAS	-R\$ 42.733,31	-R\$ 44.869,98	-R\$ 47.113,47	-R\$ 49.469,15	-R\$ 51.942,61
5.1.5.01.0017	MATERIAL DE LIMPEZA	-R\$ 3.880,40	-R\$ 4.074,42	-R\$ 4.278,14	-R\$ 4.492,05	-R\$ 4.716,65
5.1.5.01.0031	COMISSOES PJ	-R\$ 12.965,69	-R\$ 13.613,97	-R\$ 14.294,67	-R\$ 15.009,41	-R\$ 15.759,88
5.1.5.01.0035	LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-R\$ 4.181,00	-R\$ 4.390,05	-R\$ 4.609,55	-R\$ 4.840,03	-R\$ 5.082,03
5.1.6.00.0000	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 312,78	R\$ 328,42	R\$ 344,84	R\$ 362,08	R\$ 380,19
5.1.6.01.0000	OUTRAS RECEITAS/DESP OPERACIONAIS MATRIZ	R\$ 312,78	R\$ 328,42	R\$ 344,84	R\$ 362,08	R\$ 380,19
5.1.6.01.0001	/-/ DESPESAS RECUPERADAS	R\$ 4,52	R\$ 4,75	R\$ 4,98	R\$ 5,23	R\$ 5,49
5.1.6.01.0002	/-/ RECEITAS EVENTUAIS	R\$ 308,26	R\$ 323,67	R\$ 339,86	R\$ 356,85	R\$ 374,69

	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>	<u>-R\$</u>
<u>TOTAL DE DESPESAS</u>	<u>6.549.249,35</u>	<u>6.853.686,49</u>	<u>7.175.648,02</u>	<u>7.515.779,91</u>	<u>7.874.783,44</u>

<u>(=) LUCRO OPERACIONAL</u>	<u>R\$ 117.973,31</u>	<u>R\$ 327.932,46</u>	<u>R\$ 558.584,50</u>	<u>R\$ 812.069,14</u>	<u>R\$ 1.090.671,31</u>
------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------------
